ISSN 2359-053x
7 892359 053003 49

ANO 11 - NÚMERO 143 - SETEMBRO 2026

Xapuri
SOCIOAMBIENTAL

Distribuição: 15 set 14 out/26



Foto: Leonide Principe

ÁRVORES:
O VERDE QUE FAZ CHOVER

p. 08

CERRADO
Nem bioma, nem savana: um sistema biogeográfico
p. 20

MEIO AMBIENTE
Aurizona: a zona do ouro
p. 36

UNIVERSO FEMININO
Mulheres disputam o Senado em todos os estados pela primeira vez desde 2014
p. 48

SIGA A
REVISTA XAPURI
NO INSTAGRAM



Compartilhe!

Marque nosso perfil
@revista.xapuri

JORNALISMO INDEPENDENTE

MÍDIA SOCIOAMBIENTAL

COMUNICAÇÃO DE RESISTÊNCIA

Xapuri
SOCIOAMBIENTAL

REVISTA.XAPURI



CHEGOU!

EDIÇÃO 143 - SETEMBRO 2026

R$ 29,90 /mês

JORNALISMO INDEPENDENTE | MÍDIA SOCIOAMBIENTAL | COMUNICAÇÃO DE RESISTÊNCIA

ASSINE AGORA!

xapuri.info/revista-impressa

Uma revista pra chamar de nossa

Era novembro de 2014. Primeiro fim de semana. Plena campanha da Dilma. Fim de tarde na RPPN dele, a Linda Serra dos Topázios. Jaime e eu começamos a conversar sobre a falta que fazia termos acesso a um veículo independente e democrático de informação.

Resolvemos fundar o nosso. Um espaço não comercial, de resistência. Mais um trabalho de militância, voluntário, por suposto. Jaime propôs um jornal; eu, uma revista. O nome eu escolhi (ele queria Bacurau). Dividimos as tarefas. A capa ficou com ele, a linha editorial também.

Correr atrás da grana ficou por minha conta. A paleta de cores, depois de larga prosa, Jaime fechou questão – "nossas cores vão ser o vermelho e o amarelo, porque revista tem que ter cor de luta, cor vibrante" (eu queria verde-floresta). Na paz, acabei enfiando um branco.

Fizemos a primeira edição da *Xapuri* lá mesmo, na Reserva, em uma noite. Optamos por centrar na pauta socioambiental. Nossa primeira capa foi sobre os povos indígenas isolados do Acre: *Isolados, Bravos, Livres: Um Brasil Indígena por Conhecer*. Depois de tudo pronto, Jaime inventou de fazer uma outra boneca, "porque toda revista tem que ter número zero".

Dessa vez finquei pé, ficamos com a capa indígena. Voltei pra Brasília com a boneca praticamente pronta e com a missão de dar um jeito de imprimir. Nos dias seguintes, o Jaime veio pra Formosa, pra convencer minha irmã Lúcia a revisar a revista, "de grátis". Com a primeira revista impressa, a próxima tarefa foi montar o Conselho Editorial.

Jaime fez questão de visitar, explicar o projeto e convidar pessoalmente cada conselheiro e cada conselheira (até a doença agravar, nos seus últimos meses de vida, nunca abriu mão dessa tarefa). Daqui rumamos pra Goiânia, para convidar o arqueólogo Altair Sales Barbosa, nosso primeiro conselheiro. "O mais sabido de nóis", segundo o Jaime.

Trilhamos uma linda jornada. Em 80 meses, Jaime fez questão de decidir, mensalmente, o tema da capa e, quase sempre, escrever ele mesmo. Às vezes, ligava pra falar da ótima ideia que teve, às vezes sumia e, no dia certo, lá vinha o texto pronto, impecável.

Na sexta-feira, 9 de julho, quando preparávamos a *Xapuri* 81, pela primeira vez em sete anos, ele me pediu para cuidar de tudo. Foi uma conversa triste, ele estava agoniado com os rumos da doença e com a tragédia que o Brasil enfrentava. Não falamos em morte, mas eu sabia que era o fim.

Hoje, cá estamos nós, sem as capas do Jaime, sem as pautas do Jaime, sem o linguajar do Jaime, sem o jaimês da *Xapuri*, mas na labuta, firmes na resistência. Mês sim, mês sim de novo, como você sonhava, Jaiminho, carcamos porva e, enfim, chegamos à nossa edição número 100. E, depois da *Xapuri* 100, como era desejo seu, a gente segue esperneando.

Fica tranquilo, camarada, que por aqui tá tudo direitim.



Agamenon Torres
Web Designer



Arthur Wentz Silva
Revisor



Emir Bocchino
Diagramador



Igor Strochit
Diagramador



Janaina Faustino
Gerente Executiva



Lúcia Resende
Revisora



Maria Letícia Marques
Redatora



Paloma Vaz Dias
Estagiária

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental - Comunicação de Resistência Ltda. CNPJ: 10.417.786/0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.814.-500 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: Edição Impressa - 1.000 - 5.000. Envio Eletrônico - 100.000. Circulação: Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.

ÁRVORES: O VERDE QUE FAZ CHOVER

A relação intrínseca entre as árvores e a vida é o norte que guia a nossa capa de setembro, o mês que dá boas-vindas à primavera, marca o Dia da Árvore e do Cerrado.

Nesta edição, a matéria de capa da *Revista Xapuri* debruça-se sobre as árvores, em um olhar quase microscópico, desde a fotossíntese até seu resultado em larga escala, daí surge o "verde que faz chover", todas as suas maravilhas e, infelizmente, ameaças.

Pode soar metafórico, mas quando se diz que a floresta faz chover, não é apenas força de expressão. Antes mesmo de a chuva tocar o chão, sua história já percorreu as árvores. Das raízes às folhas, elas movimentam água, armazenam carbono, protegem o solo, amenizam o calor e devolvem umidade à atmosfera. Na Amazônia, esse processo ajuda a alimentar os chamados "rios voadores", correntes que transportam umidade e contribuem para as chuvas em diferentes regiões da América do Sul.

Após anos de desgoverno e com recordes de destruição de florestas, dados recentes do MapBiomas nos trazem esperança: o desmatamento no Brasil caiu pelo terceiro ano consecutivo. A mudança de trajetória, nos últimos 3 anos, demonstra que políticas públicas, fiscalização, monitoramento por satélite e investimento em conservação têm produzido resultados. Porém, apesar da melhora significativa, o Cerrado e a Amazônia continuam concentrando a maior parte dessa destruição, impulsionada principalmente pelo avanço predatório da agropecuária.

É importante lembrarmos que floresta preservada não é floresta sem gente e que é impossível falar sobre árvores e preservação sem mencionar a importância dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e tradicionais, cujos territórios estão entre os mais conservados do país.

Nesse sentido, demarcar terras indígenas, titular territórios quilombolas e garantir condições para que essas populações permaneçam e decidam sobre seus espaços são medidas de justiça histórica, mas também políticas ambientais comprovadamente eficazes, e este é o futuro que queremos.

Boa leitura. Bom proveito!



Zezé Weiss – Jornalista
Editora da *Revista Xapuri*

Jaime Sautchuk – Editor (*in memoriam*)

Maria Letícia Marques - Redatora

COLABORADORES/AS - SETEMBRO

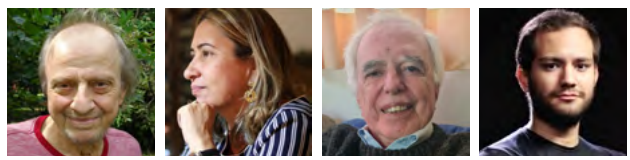
Ailton Krenak – Escritor. **Altair Sales Barbosa -** Arqueólogo. **Antenor Pinheiro –** Geógrafo. **Arthur Wentz e Silva –** Estudante. **Carlos Fidelis da Ponte –** Pesquisador. **Dulce Maria Pereira –** Arquiteta. **Geraldo Lopes de Souza Júnior –** Escritor. **Giovanne Ramos –** Redator. **Igor Strochit –** Designer. **Janaina Faustino –** Gestora Ambiental. **Leonardo Boff –** Ecoteólogo. **Lúcia Resende –** Professora. **Maria Letícia –** Redatora. **Odara Caliandra Santana –** Escritora. **Paula Laboissière –** Jornalista. **Rodrigo Viany –** Folclorista. **Thaís Silveira –** Bióloga. **Teka Rosso –** Engenheira. **Vinícius Farias –** Professor. **Zezé Weiss –** Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

Adair Rocha - Professor Universitário. **Adrielle Saldanha** - Geógrafa. **Ailton Krenak** – Escritor. **Altair Sales Barbosa** – Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** – Jornalista. **Andrea Matos** – Sindicalista. **Angela Mendes** – Ambientalista. **Antenor Pinheiro** – Jornalista. **Binho Marques** – Professor. **Cleiton Silva** – Sindicalista. **Dulce Maria Pereira** – Professora. **Edel Moraes** - Ambientalista. **Eduardo Araújo de Souza** – Sindicalista. **Elson Martins** – Jornalista. **Emir Bocchino** - Arte-finalista e Diagramador. **Emir Sader** – Sociólogo. **Gomercindo Rodrigues** – Advogado. **Graça Fleury** – Socióloga. **Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra)** – Poeta. **Iêda Leal** – Educadora. **Jacy Afonso** – Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira** – Sindicalista. **José Ribamar Bessa Freire** – Escritor. **Júlia Feitoza Dias** – Historiadora. **Kretã Kaingang** - Líder Indígena. **Laurenice Noleto Alves (Nonô)** – Jornalista. **Lucélia Santos** – Atriz. **Lúcia Resende** – Revisora. **Marcos Jorge Dias** - Escritor. **Maria Félix Fontele** – Jornalista. **Maria Maia** - Cineasta. **Rodrigo Britto** – Sindicalista. **Rosilene Corrêa Lima** – Jornalista. **Trajano Jardim** – Jornalista. **Zezé Weiss** – Jornalista.



IN MEMORIAM:
Jaime Sautchuk – Jornalista.
Iêda Vilas-Bôas – Escritora.
Samuel Pinheiro Guimarães Neto - Diplomata.
Eduardo Meirelles - Jornalista.



CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana – Sindicalista. **Eduardo Pereira** – Produtor Cultural. **Iolanda Rocha** - Professora. **Janaina Faustino** – Gestora Ambiental. **Joseph Weiss** – Eng. Agro. PhD.



Xapuri SOCIOAMBIENTAL 143 SET 26

08 **CAPA**
Árvores:
o verde que faz chover

20 **CERRADO**
Nem bioma, nem savana:
um sistema biogeográfico

15 **BIODIVERSIDADE**
Morcegos: a natureza
no silêncio da noite

23 **FOTOGEOGRAFIA**
Ponte de pedra e as
lições de Humboldt

18 **FILOSOFIA**
A civilização e a ideia
de contranatureza

24 **ECOLOGIA**
Duas antropologias opostas,
pressupostas na IA

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: *"Rio antes"*, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

26 **FORMOSA**
Palavras que dançam com a Folia

28 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
"O véu da intolerância": Bàbá Sidnei Nogueira atualiza livro e aprofunda debate sobre racismo religioso

29 **LITERATURA**
Os setes de setembro
do velho Machado

32 **SAGRADO INDÍGENA**
A cultura dos povos ancestrais
são artérias do planeta

34 **SOCIOLOGIA**
O sertão sou eu. O oceano também

36 **MEIO AMBIENTE**
Aurizona: a zona do ouro

41 **MITOS E LENDAS**
Lobisomem Doutor

42 **POLÍTICA**
Dos imigrantes de ontem
aos invasores de hoje

45 **HISTÓRIA**
Um encontro de vários mundos
em Formosa

48 **UNIVERSO FEMININO**
Mulheres disputam o Senado
em todos os estados pela primeira
vez desde 2014



Pintura: Frits Ahlefeldt/ WikimediaCommons/ Reprodução

ÁRVORES: O VERDE QUE FAZ CHOVER

Maria Letícia Marques, Zezé Weiss

Desde muito cedo, ainda crianças, nos primeiros anos de escola, aprendemos que as árvores realizam a fotossíntese e, nesse processo, elas absorvem o gás carbônico (CO_2) da atmosfera e liberam oxigênio puro, elemento essencial para a vida no planeta Terra.

O que em geral não aprendemos nessa idade, e muitas vezes nem depois, na vida adulta, é que as árvores desempenham uma diversidade de funções no meio ambiente e que a sua escassez, muitas vezes provocada por atividades ilegais de desmatamento, pode acarretar um colapso ecológico que impacta as mudanças climáticas nas mais diferentes regiões do Brasil e do planeta.

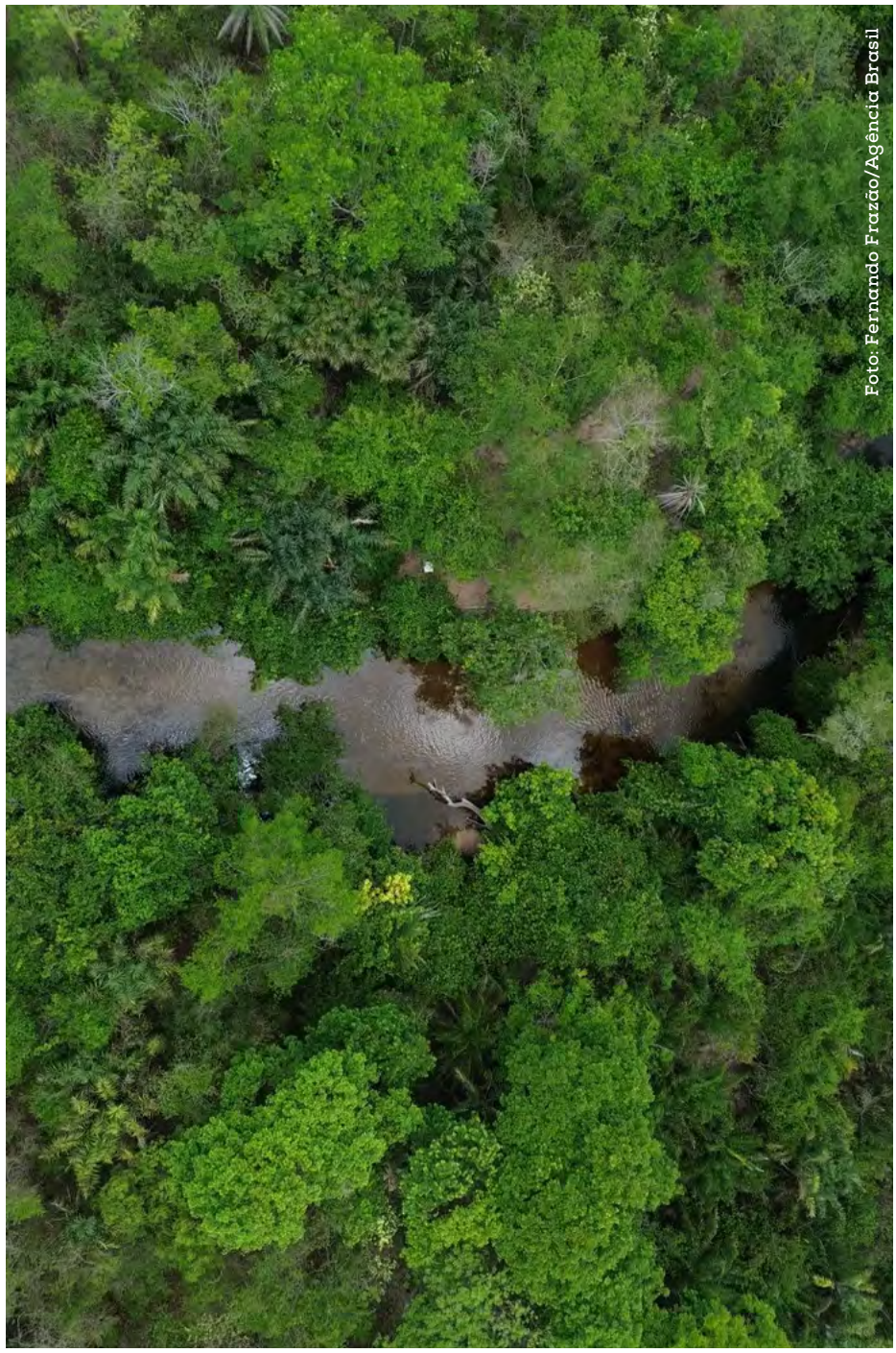


Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

ÁRVORES E A TERRA VIVA

"Amazônia, o pulmão do mundo!"

Quem nunca ouviu essa frase? A comparação atravessou gerações e ajudou a traduzir, de forma simples, a importância das grandes florestas para a vida no planeta.

Mas, assim como acontece com os pulmões humanos, a função das florestas é mais complexa do que apenas "produzir oxigênio" e manter a respiração. Os pulmões realizam trocas gasosas essenciais ao organismo; as florestas, por sua vez, participam intensamente das trocas de carbono, água e energia entre a superfície terrestre e a atmosfera.

Chamar a Amazônia de "pulmão do mundo" funciona melhor como metáfora de um grande órgão regulador do planeta, pois assim como os



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

pulmões ajudam a manter o equilíbrio interno do corpo humano, as grandes florestas ajudam a sustentar o equilíbrio climático e os ciclos naturais dos quais a vida depende.

Em outra comparação funcional, as árvores podem ser vistas como as "artérias" do planeta: por meio delas, água, carbono e nutrientes permanecem em constante circulação entre o solo, a vegetação e a atmosfera. Além disso, parte do dióxido de carbono retirado da atmosfera durante a fotossíntese é incorporada nos troncos, nos galhos, nas folhas e nas raízes. Uma parcela também chega ao solo por meio da matéria orgânica.

O livro *"A Vida Secreta das Árvores: O Que Elas Sentem, Como Elas se Comunicam"* foi escrito pelo engenheiro alemão Peter Wohlleben, uma pessoa que, não satisfeita em contemplar, trabalhar e refletir sobre as árvores, estudou e comprovou cientificamente o poder de comunicação entre elas.

"Todas as árvores aqui, e em todas as florestas que não estão muito danificadas, estão conectadas umas às outras por meio de redes subterrâneas de fungos. As árvores compartilham água e nutrientes por meio dessas redes e também as usam para se comunicar. Elas enviam sinais de alerta sobre seca e doenças, por exemplo, ou ataques de insetos, e outras árvores alteram seu comportamento quando recebem essas mensagens", relata o engenheiro em entrevista ao Smithsonian.

Estudos indicam que a comunicação delas ocorre através dessas redes, pelas quais as árvores enviam sinais químicos, hormonais e elétricos. O cientista Edward Farmer tem realizado uma série de pesquisas sobre esses pulsos elétricos, nas quais conseguiu identificar um sistema de sinalização elétrico extremamente similar às sinapses do cérebro humano.

Essas são apenas algumas pesquisas e comprovações científicas já existentes, e em andamento, sobre a natureza das árvores para além do papel biológico que a maioria dos seres humanos conhecem. Maioria, pois o conhecimento e a ciência de que a Terra é viva, assim como tudo que há nela, já existe há milhares de anos. Povos indígenas, tradicionais, povos antigos, de várias culturas e regiões diferentes detêm esse saber há muito tempo.

Acontece que tal conhecimento, assim como tantos outros, foi prejudicado pelo desenvolvimento predatório da civilização humana, em específico a ocidental e europeia. Hoje, enquanto empresários, madeireiras, grileiros e inimigos do meio ambiente enxergam a floresta apenas como um potencial empreendimento, ainda há pessoas que veem as árvores como um semelhante e reconhecem sua importância para a vida.

O VERDE QUE FAZ CHOVER: A AMAZÔNIA E SEUS "RIOS VOADORES"

Pode soar metafórico, mas quando se diz que a floresta ajuda a fazer chover não é apenas força de expressão. Sobre a Amazônia circulam os chamados "rios voado-

res": correntes de ar que recebem umidade do oceano Atlântico, são alimentadas pela água devolvida pelas árvores à atmosfera por meio da evapotranspiração – processo conjunto pelo qual a água da terra evapora do solo e transpira através das plantas, retornando para a atmosfera – e, ao encontrarem a barreira dos Andes, seguem em direção a outras partes da América do Sul, contribuindo para as chuvas no Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil.

A importância dessa reciclagem já havia sido demonstrada através do estudo *Recycling of Water in the Amazon Basin: An Isotopic Study*, publicado em outubro de 1979 na revista *Water Resources Research*. O transporte da umidade ao longo dos Andes foi aprofundado por José Antonio Marengo e outros pesquisadores no artigo *Climatology of the Low-Level Jet East of the Andes*, publicado em junho de 2004 no *Journal of Climate*.

No Brasil, a expressão "rios voadores" foi popularizada e costuma ser atrelada ao Marengo, um pesquisador do CPTEC/Inpe. A metáfora possui relação com o conceito mais amplo de "rios troposféricos", apresentado em 1992 por Reginald Newell, Nicholas Newell, Yong Zhu e Courtney Scott. A partir de 2007, o Projeto Rios Voadores, idealizado pelo aviador Gérard Moss e pelo pesquisador Antonio Nobre, ajudou a tornar o fenômeno conhecido fora dos círculos científicos. Ao reduzir a evapotranspiração, o desmatamento enfraquece uma das fontes que abastecem essas correntes de umidade e sustentam parte das chuvas do continente.

Uma pesquisa de Mingjie Shi e outros autores, publicada em 13 de maio de 2022 na *Nature Communications*, estimou que a evapotranspiração pode fornecer entre 30% e 40% da umidade atmosférica durante a estação seca amazônica. O trabalho também aponta que essa umidade ajuda a iniciar a estação chuvosa no sul da Amazônia.

OS IMPACTOS DO DESMATAMENTO E SEU PRINCIPAL "VILÃO"

O desmatamento caiu pelo terceiro ano seguido, mas o Brasil ainda perdeu 112 hectares de vegetação nativa por hora em 2025.

O desmatamento acelera as mudanças climáticas ao liberar o carbono armazenado na vegetação e reduzir a capacidade das florestas de retirar dióxido de carbono da atmosfera. A derrubada também destrói habitats, ameaça espécies, empobrece o solo e altera o ciclo da água, favorecendo secas, enchentes e temperaturas mais elevadas.

Seus efeitos ultrapassam as áreas desmatadas e atingem a produção de alimentos, o abastecimento de água e a vida de populações que dependem diretamente das florestas. No chão, a exposição favorece erosão e carreamento de sedimentos para córregos e represas. O dano de uma derrubada não está restrito ao local afetado, pelo contrário, pode acarretar um desequilíbrio ecológico massivo.

A expansão agropecuária continua no centro dessa pressão como a atividade que mais desmata no Brasil. Segundo a Tabela 31 do Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (RAD) 2025, publicada pelo MapBiomas em junho de 2026, o índice agropecuário esteve associado a 974.469 hectares, ou seja, 99% de toda a vegetação nativa desmatada em 2025. No acumulado de 2019 a 2025, a participação foi de 97,8%, o que aponta onde se concentra a maioria do problema do desmatamento no país.

O aquecimento local já pode ser medido. Um estudo publicado em 21 de novembro de 2025, na revista *Communications Earth & Environment*, comparou áreas amazônicas muito desmatadas com vizinhas que mantinham mais de 80% de cobertura florestal.

Na estação seca, as regiões com até 40% de floresta remanescente apresentaram temperatura da superfície, em média, 3 °C mais alta e evapotranspiração 12% menor. A derrubada, portanto, não apenas acompanha o calor: ela ajuda a produzi-lo.

Área (ha):								
Vetores de Pressão	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2019 a 2025**
Agropecuária	1.201.284	1.616.216	1.821.059	2.026.656	1.813.695	1.223.019	974.469	10.676.398
Expansão Urbana	1.079	2.504	6.308	3.457	5.659	2.732	2.916	24.655
Energias Renováveis	1.132	1.258	1.973	4.516	6.945	4.502	1.375	21.700
Garimpo	9.172	9.488	10.079	7.647	4.399	3.307	1.877	45.969
Reservatórios ou Represas	-	63	15	52	1.955	546	518	3.149
Mineração	1.395	1.449	1.746	1.787	1.974	1.651	864	10.867
Estradas	-	9	96	87	1.133	961	577	2.862
Eventos climáticos extremos	-	25	475	654	276	3.041	246	4.716
Aquicultura	-	-	1	-	201	216	60	479
Outros	6.034	8.433	31.956	70.223	2.773	958	1.892	122.269
Total	**1.220.095**	**1.639.444**	**1.873.709**	**2.115.078**	**1.839.012**	**1.240.933**	**984.794**	**10.913.064**

Fonte: MapBiomas Alerta, RAD 2025. Série revisada das Tabela 8.

Área em hectares											
Bioma	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**	**Participação do bioma em 2025**	**variação 2024-2025**	**% variação 2024-2025**
Amazônia	772.714	882.939	1.112.225	1.246.786	454.251	378.254	289.478	5.136.648	29,4%	-88.776	-23,5%
Caatinga	13.632	66.623	114.953	140.100	204.469	174.119	128.947	842.842	13,1%	-45.172	-25,9%
Cerrado	400.412	636.007	583.886	662.031	1.107.275	650.370	540.614	4.580.595	54,9%	-109.756	-16,9%
Mata Atlântica	10.916	24.030	30.055	30.331	13.261	13.553	12.912	135.058	1,3%	-641	-4,7%
Pampa	626	1.265	2.427	3.108	1.521	880	583	10.409	0,1%	-298	-33,8%
Pantanal	21.795	28.580	30.162	32.722	58.235	23.756	12.260	207.511	1,2%	-11.496	-48,4%
Brasil	**1.220.095**	**1.639.444**	**1.873.709**	**2.115.078**	**1.839.012**	**1.240.933**	**984.794**	**10.913.064**	**100,0%**	**-256.138**	**-20,6%**

Fonte: MapBiomas Alerta, RAD 2025. Série revisada das Tabelas 5.

A QUEDA APÓS ANOS RECORDES DE DESMATAMENTO

De acordo com o MapBiomas Alerta, o desmatamento cresceu de 1,22 milhão de hectares em 2019 até alcançar 2,115 milhões em 2022. Depois vieram três reduções consecutivas. Entre o pico de 2022 e 2025, a área anual desmatada caiu 53,4%. A curva muda de direção e mostra que política pública e controle fazem diferença. Ainda assim, o acumulado dos sete anos chegou a 10,913 milhões de hectares de vegetação nativa. A redução também não foi uniforme. Em 2025, o Cerrado perdeu 540.614 hectares e concentrou 54,9% do total nacional; a Amazônia respondeu por 289.478 hectares, ou 29,4%. Juntos, os dois biomas reuniram mais de 84% da área suprimida. O Matopiba, formado por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, sozinho concentrou 40% do desmatamento brasileiro, apesar de uma queda de 24% sobre o ano anterior.

O QUE COLABOROU PARA A REDUÇÃO

Não existe uma medida específica capaz de explicar sozinha os três anos de queda no desmatamento. Preços agrícolas, clima, decisões estaduais, comportamento das empresas e ações judiciais também interferem nos números. Desde 2023, o Governo tem implementado uma série de medidas e operações para combater o desmatamento nos biomas brasileiros.

O Decreto nº 11.367, de 1º de janeiro de 2023, restabeleceu o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, o PPCDAm, e reorganizou os planos para o Cerrado e os demais biomas. A estrutura reúne quatro frentes: produção sustentável, monitoramento e controle ambiental, ordenamento fundiário e territorial e instrumentos norma-



Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Foto: Gleilson Miranda/Governo do Acre/Wikimedia Commons

tivos e econômicos. Esse desenho importa porque o desmatamento envolve fiscalização, grilagem, crédito, cadeias produtivas e uso da terra, problemas que não cabem em um único órgão.

O monitoramento por satélite encurtou a distância entre a derrubada e a resposta do Estado. O Deter, uma ferramenta do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, orienta operações em tempo quase real; o MapBiomas Alerta refina e valida áreas com imagens de alta resolução. Em apresentação divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente em 7 de agosto de 2026, o governo informou que, de 2023 até agosto de 2026, o Ibama realizou 68 mil ações de fiscalização, lavrou 23 mil autos de infração e embargou 20.331 km².

A retomada do Fundo Amazônia também devolveu recursos a órgãos públicos, municípios e projetos que estimulam a sociobioeconomia e a restauração. Na mesma apresentação de agosto de 2026, o MMA informou R$ 6 bilhões comprometidos desde 2023 e projetos aprovados alcançando 75% dos municípios da Amazônia Legal.

PERSPECTIVAS FUTURAS: REDUZIR NÃO BASTA

A próxima etapa terá de combinar desmatamento evitado com recuperação dessas áreas degradadas. O Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, revisto pela Resolução Conaveg nº 4, de 25 de novembro de 2024, mantém a meta de recuperar ao menos 12 milhões de hectares até 31 de dezembro de 2030.

Para chegar perto desse número, será necessário ampliar viveiros e redes de sementes, assistência técnica, restauração em propriedades privadas, unidades de conservação, terras indígenas e outros territórios coletivos. Vale ressaltar que a meta em questão não pode virar uma espécie de licença para destruir de um lado e plantar do outro.

As ações abertas em 2026 evidenciam a forma como o controle pode se espalhar pelos biomas. O Projeto Operar-Biomas, apresentado pelo Ministério da Justiça em 14 de julho, prevê integração entre forças de segurança para enfrentar desmatamento, extração ilegal de madeira, mineração e incêndios.

Já a Operação Mata Atlântica em Pé fiscalizou 1.520 alertas em 17 estados entre 17 e 27 de agosto. O balanço preliminar, divulgado pelo Ministério Público de Minas Gerais em 28 de agosto de 2026, apontou 8.370,28 hectares de desmatamento ilegal e R$ 100 milhões em multas. São medidas posteriores ao resultado de 2025; não explicam aquela queda, mas indicam o tipo de continuidade necessária.

OS TERRITÓRIOS QUE MANTÊM A FLORESTA EM PÉ

Uma floresta preservada não quer dizer que seja uma terra sem gente, mas muito pelo contrário.

Em boa parte do país, ela coincide com territórios ocupados, manejados e defendidos por povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais.

Os dados mostram que as terras indígenas estão entre as áreas mais preservadas do país. Segundo levantamento do MapBiomas publicado em 19 de abril de 2022, elas perderam 1% de sua vegetação nativa entre 1990 e 2020. Nas propriedades privadas, a perda chegou a 20,6%.

Dos 69 milhões de hectares desmatados no Brasil nesse período, 1,1 milhão estava dentro de terras indígenas, enquanto 47,2 milhões estavam em áreas privadas. Um relatório da FAO e do FILAC, lançado em 25 de março de 2021, encontrou resultados semelhantes em outros países da América Latina: entre 2000 e 2012, o desmatamento foi de 50% a 67% menor nos territórios indígenas com posse oficialmente reconhecida.

QUILOMBOS: RECONHECER E PROTEGER É PRECISO

Um levantamento do MapBiomas, divulgado em 2023 e citado pela Conaq em 5 de setembro de 2025, mostra que os territórios quilombolas perderam 4,7% de sua vegetação nativa entre 1985 e 2022, enquanto a perda em áreas privadas chegou a 25%.

A diferença também aparece dentro dos próprios territórios: aqueles já titulados perderam 3,2% da cobertura nativa, diante de 5,5% nas áreas que ainda aguardavam a conclusão do processo. Os números mostram que a titulação, além de assegurar um direito histórico, funciona como uma medida concreta de proteção ambiental.

O Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2025, divulgado pelo MapBiomas Alerta em maio de 2026, identificou 1.552 hectares desmatados em áreas quilombolas, aumento de 7% em relação a 2024. Proteger essas comunidades exige acelerar a titulação, combater invasões, grilagem e garimpo, destinar recursos para fiscalização e garantir sua participação nas decisões ambientais. Como afirmou Sebastião Douglas, coordenador nacional da Conaq – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas –, "a luta pela regularização de seus territórios é, portanto, uma luta pela Amazônia".

Em nota publicada em 5 de setembro de 2024, a Conaq lembra que a relação com a floresta envolve alimentos, remédios, rios, solos e práticas culturais. Castanha, açaí, bacaba, cipó-titica, palha e breu não aparecem apenas como produtos: fazem parte da vida cotidiana e de conhecimentos transmitidos entre gerações. Proteger o território preserva, ao mesmo tempo, a biodiversidade e a cultura.

DEMARCAR E PRESERVAR: O FUTURO QUE O BRASIL MERECE (E PRECISA)

Os números ajudam a mostrar como a demarcação de terras indígenas forma barreiras contra o avanço desenfreado da grilagem, da mineração, da extração ilegal de madeira e, principalmente, da agropecuária sobre o Brasil.

Para os povos indígenas, o território está ligado à alimentação, à cultura, à memória, à espiritualidade e à continuidade de cada povo. Não existe uma única forma indígena específica de viver ou manejar a terra, mas muitos desses conhecimentos permitem cultivar alimentos, coletar frutos, utilizar plantas medicinais e proteger rios e animais sem destruir os ciclos naturais da floresta.

O relatório *Governança florestal por povos indígenas e tribais,* elaborado pela FAO e pelo Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC) e lançado em 25 de março de 2021, mostrou que 45% das florestas intactas da Bacia Amazônica estavam dentro de territórios indígenas. Na Amazônia brasileira, entre 2000 e 2012, o desmatamento foi duas vezes e meia menor nos territórios com direitos coletivos oficialmente reconhecidos do que em outras florestas com condições semelhantes.

Essa relação não aparece apenas na Amazônia. Um estudo liderado pela cientista de dados Rayna Benzeev e publicado em 26 de janeiro de 2023 na revista científica *PNAS Nexus* analisou 129 terras indígenas da Mata Atlântica entre 1985 e 2019. Antes da homologação, a taxa líquida anual de desmatamento nessas áreas era de 0,73%.

Depois que a posse foi oficialmente reconhecida, ela caiu para 0,05%. O cálculo considera tanto a retirada de vegetação quanto a recuperação natural da floresta. Em comparação com terras indígenas que ainda não haviam concluído a demarcação, os territórios homologados também apresentaram resultados melhores de conservação e recuperação da cobertura florestal.

A demarcação oferece segurança para que os povos retomem o controle de seus territórios, impeçam invasões e invistam na recuperação das áreas degradadas. O estudo da Mata Atlântica indica que apenas a homologação – etapa final do processo demarcatório – produziu uma melhora ambiental significativa; já apenas a declaração de terra não apresentou o mesmo efeito.

Como afirmou a antropóloga Jurema Machado à *Pesquisa FAPESP,* em reportagem publicada em 28 de julho de 2023, "os territórios cuidados por eles representam proteção e crescimento da vegetação". Garantir e formalizar o direito à terra, portanto, além de cumprir o previsto pela Constituição de 1988, também fortalece uma forma de conservação que já apresenta resultados contínuos e concretos.



Maria Letícia Marques – Graduanda em Ciência Política. Redatora da *Revista Xapuri.*



Zezé Weiss – Jornalista. Editora da *Revista Xapuri.*



Foto: Rnoid/ Pixabay/ Reprodução

MORCEGOS:
A NATUREZA NO SILÊNCIO DA NOITE

Thaís Silveira

Os morcegos, apesar de voarem, fazem parte da classe *Mammalia*, grupo que inclui diversos animais, como felinos e canídeos, e pertencem à ordem *Chiroptera*. Essa ordem recebe esse nome devido ao seu significado grego: "asa de mão", o que se justifica pela presença de uma membrana ao redor de seus dedos alongados.

São os únicos mamíferos capazes de realizar um voo verdadeiro, pois possuem asas. Além do mais, a ordem *Chiroptera* é a segunda maior da classe dos mamíferos, ficando atrás apenas dos roedores.

Assim como os demais mamíferos, os morcegos possuem pelos. Seus filhotes são gerados no útero, como ocorre com os outros mamíferos placentários. Após o nascimento, eles se alimentam do leite produzido pelas glândulas mamárias das suas mães.

Os morcegos também apresentam características evolutivas importantes, como as asas e o sistema de ecolocalização. A estrutura de suas asas proporciona grande agilidade durante o voo, permitindo que realizem movimentos rápidos, façam mudanças bruscas de direção e desviem de obstáculos.

Por meio da ecolocalização, muitas espécies emitem sons e interpretam os ecos produzidos, conseguindo se orientar no ambiente e localizar seus alimentos. Essas habilidades são muito importantes, pois a maioria desses animais possui hábitos noturnos ou crepusculares.

Os morcegos possuem grande importância para a biodiversidade devido aos seus diferentes hábitos alimentares. As espécies que se alimentam de néctar e pólen ajudam na polinização das plantas; aquelas que consomem frutos contribuem para a dispersão de sementes; e as que se alimentam de insetos ajudam no controle de suas populações.

Embora sejam frequentemente retratados como animais que se alimentam de sangue, esse hábito é muito raro entre os morcegos. Das mais de 1.400 espécies descritas no mundo, apenas três são hematófagas, ou seja, alimentam-se de sangue. Essa associação contribui para a criação de mitos e para a imagem negativa desses animais, dificultando o reconhecimento de sua importância para a natureza.

Conhecer melhor os morcegos é essencial para compreender sua importância e contribuir para sua preservação.



Thaís Silveira – Bióloga (Universidade Estadual de Santa Cruz), pós-graduanda em gestão para sustentabilidade pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).



Foto: Luis Macedo/ Agência Câmara

ELEIÇÕES 2026: HOMEM, BRANCO E EMPRESÁRIO É O PERFIL MAJORITÁRIO DE CANDIDATOS

Paula Laboissière/ *Agência Brasil*

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou 20.530 pedidos de registro de candidatura para as eleições deste ano – 8.732 a menos do que no pleito de 2022.

Do total de pedidos de registro de candidatura, 13.374 ou 65% são de pessoas do sexo masculino e 7.156 ou 35% são de pessoas do sexo feminino. Além disso, mais de 10 mil informaram ter cor branca e 2.576, ser empresários.

As solicitações englobam os cargos de presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador, senador e suplentes, deputado federal, deputado estadual e deputado distrital.

A maior parte dos pedidos é para o cargo de deputado estadual (11.103 registros). Em seguida, aparecem as solicitações para deputado federal (7.636); para deputado distrital (420); para governar estados e o Distrito Federal (196); para senador (315); e para a Presidência da República (13).

A relação entre candidatos e vagas mostra maior concorrência para o cargo de deputado distrital, com 17,5 candidatos por vaga; e para o cargo de deputado federal, com 14,88 candidatos por vaga.

GÊNERO

Em relação à identidade de gênero, 11.758 candidatos se declararam cisgênero (99,07%) – quando a identidade de gênero corresponde ao sexo; 107 se de-

clararam transgênero (0,9%); e 3 preferiram não informar (0,03%).

O TSE registrou ainda pedidos de 53 candidatos que declararam nome social.

FAIXA ETÁRIA

A maioria das solicitações foi feita por candidatos com idade entre 45 e 49 anos (3.538 pedidos). Na sequência, aparecem candidatos com idade entre 50 e 54 anos (3.176); com idade entre 40 e 44 anos (2.986); e com idade entre 55 e 59 anos (2.581).

COR E RAÇA

Do total de pedidos de registro de candidatura, 10.013 são de pessoas que se declararam brancas (48,77%); 7.418 de pessoas que se declararam pardas (36,13%); e 2,8 mil de pessoas que se declararam pretas (13,64%), além de 191 indígenas (0,93%) e 108 de cor amarela (0,53%).

GRAU DE INSTRUÇÃO

A maior parte das solicitações foi feita por candidatos que declararam ter ensino superior completo (58,57%). Depois, vêm os candidatos que declararam ter ensino médio completo (21,41%); ensino superior incompleto (10,58%); ensino médio incompleto (3,56%); ensino fundamental incompleto (2,94%); e ensino fundamental completo (2,58%).

Ainda de acordo com os números, 73 candidatos (0,36%) declararam apenas saber ler e escrever.

INDÍGENAS

Do total de 191 pedidos de registro de candidatura feitos por indígenas, 13 são da etnia Makuxi (8,13%); 12 são Guarani Kaiowá (7,5%); oito são de etnias não determinadas (5%); sete são Guarani (4,38%); sete são Munduruku (4,38%); sete são Múra (4,38%); sete não sabem sua etnia (4,38%); e seis são Terena (3,75%).

OCUPAÇÃO

Os empresários (2.576) são os mais numerosos entre os candidatos. Advogados (1.691); deputados (874); vereadores (811); policiais militares (569); médicos (558); e servidores públicos estaduais (541) aparecem na sequência.

Além disso, 2.709 candidatos são listados pelo TSE na categoria outras ocupações.



Paula Laboissière – Jornalista. Matéria originalmente publicada na *Agência Brasil*: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-08/eleicao-homem-branco-e-empresario-e-perfil-majoritario-de-candidatos



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Foto: WikiMediaCommons/ Reprodução

A CIVILIZAÇÃO E A IDEIA DE CONTRANATUREZA

Odara Caliandra Santana

"A civilização se compõe como uma contranatureza."
NIETZSCHE, Friedrich.

Quando o homem toma consciência de sua mortalidade, torna-se, grosso modo, *Homo sapiens sapiens*. A partir da percepção de que se nasce e se morre, buscam-se ferramentas e meios para preservar a vida, como alimentos, armas e plantas que curam. Esse processo segue até a Revolução Criativa do Paleolítico, período em que já podem ser encontrados todos os elementos essenciais que compõem uma civilização.

Vejamos, então, como surge, em Nietzsche, a ideia de contranatureza. Ao olharmos para o Egito, encontramos o primeiro modelo de ordenação social, o modelo piramidal: o Estado centrado na figura do faraó, que comanda e controla seu povo por meio da força de seu exército.

Na Grécia, surge o segundo modelo de ordenação: a democracia, em que o poder da palavra e do discurso controla as pessoas. Esse poder também é piramidal, dada a hierarquia social estabelecida na sociedade grega. Para Nietzsche, tais modelos de ordenação representam a tentativa de controlar a vida, e é justamente isso que ele conceitua como contranatureza.

É nesse sentido que Nicolle Eloisa Lemos relaciona o conceito à moral:

> *"Como o próprio conceito sugere, a moral é contranatureza à medida que prescreve a castração de nossos instintos naturais, subscrevendo o homem a uma ordem moral do mundo que o submete a conceitos como má consciência, culpa e autodesprezo."*

É nesse contexto que o movimento filosófico do antropocentrismo ganha forma na Europa, no fim da Idade Média, marcando o início da Idade Moderna em meio a uma intensa transformação econômica, política e cultural que nos influencia até hoje. Frank Viana Carvalho resume

essa mudança de perspectiva: *"O antropocentrismo sugere que o homem deve ser o centro das ações, da expressão cultural, histórica e filosófica."*

O antropocentrismo surge, assim, como movimento de superação do teocentrismo que caracterizou a Idade Média. Se, nesse período, a ideia era viver uma vida de abnegação e sacrifício para alcançar o paraíso após a morte, o novo modo de olhar o mundo, centrado na razão, prometia que a ciência um dia sanaria as angústias humanas e faria o paraíso aqui mesmo, no plano terreno.

Evidentemente, tal promessa caiu por terra, diante dos diversos problemas que enfrentamos atualmente como civilização, causados não pela ciência nem por tudo o que ela desenvolveu desde que passou a ser fomentada, mas pela forma como usamos os recursos que ela nos proporciona.

É necessário aplicar a tecnologia a nosso favor, mas, em vez disso, ela tem sido usada contra nós mesmos, contra a Terra, contra a vida. É preciso questionar a ciência, como fez Husserl, não apenas quanto à sua eficácia e ao seu rigor, mas também quanto ao sentido que ela assume para a vida humana:

> *"(...) 'não se trata, diz Husserl, de discutir a eficácia das ciências nem o seu rigor, mas o sentido que elas têm para a vida humana. É bem verdade que as ciências se especializaram e progrediram, mas, ao mesmo tempo, tornaram-se tão técnicas que não se referem mais ao sentido da vida, pois 'ela exclui de um modo inicial justamente as questões que, para os homens nos nossos desafortunados tempos, abandonados às mais fatídicas revoluções, são as questões prementes: as questões acerca de sentido ou ausência de sentido de toda a existência humana' (HUSSERL, 2012, p. 3)."*

Husserl aponta para uma crise da razão decorrente da forma como a objetividade científica colonizou as ciências de modo geral, conduzindo-nos a uma racionalidade completamente desvinculada de nossas vidas. A construção da civilização baseou-se na tentativa de controlar a vida, que é essencialmente intempestiva, incerta, desafiadora e frágil. Por vezes, sentimos não dar conta dessas questões.

Então, em vez de pensarmos em uma civilização que dialogasse com essas angústias, como a certeza da morte, o tempo e suas transformações, entre outras, criamos o que a filósofa e psicanalista Viviane Mosé, inspirada em Nietzsche, chama de "bolha da contranatureza".

Essa "bolha civilizatória" nos leva a não querer sentir, não querer ver, não querer estar em contato com a vida como ela se apresenta a nós. Negamos o mundo e substituímos a vida pelos códigos, reduzindo-nos a palavras, imagens, conceitos e padrões.



Odara Caliandra Santana – Escritora, poetisa e multiartista. O artigo completo está no site da *Revista Xapuri*, disponível em: https://xapuri.info/civilizacao-e-a-ideia-de-contranatureza/



Foto: WikiMediaCommons/ Reprodução



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

CERRADO: NEM BIOMA, NEM SAVANA: UM SISTEMA BIOGEOGRÁFICO

Altair Sales Barbosa

Podemos afirmar que até o ano de 1950 o Cerrado se nos apresentava ainda de forma intacta, com todos os seus matizes. De forma descontínua, esse ambiente poderia ser ainda encontrado nos tabuleiros do Nordeste, em Rondônia e na Chapada Diamantina, na Bahia. Era um sistema em equilíbrio, onde seus variados subsistemas interdependentes, flora, fauna, solo, recursos hídricos, processos atmosféricos e outros nos maravilhavam a visão, como se fosse uma grande constelação, numa noite sem luar.

A RUPTURA DO EQUILÍBRIO

Porém, os processos surgidos pós-Segunda Guerra mundial, para aproveitamento da grande quantidade de produtos químicos e sucatas de diversos tipos de maquinários, incentivaram a criação de centros de pesquisas em países que funcionassem como cobaias (México, Sri Lanka e Brasil), para aproveitar esses restos que a guerra legou e transformá-los em insumos agrícolas que pudessem ser aplicados em grandes extensões de terras, geralmente improdutivas, do ponto de vista da economia mundial, e torná-las produtivas.

Dessa forma, o primeiro clarão se voltou para as terras iluminadas do Planalto Central Brasileiro. Os mecânicos e engenheiros logo fizeram as adaptações necessárias e mostraram utilidades para

suas novas peças. Com os motores, canos, mangueiras, criaram sofisticados sistemas de irrigação, pois a água era abundante. Com os veículos militares criaram possantes tratores e com outras sucatas criaram grandes e encorpadas correntes, que junto com máquinas pesadas operaram milagres, no que se refere à retirada das vegetações nativas de porte arbóreo.

Os pesquisadores das áreas da agronomia, da química e da biologia transformaram, com muito brilhantismo, os produtos químicos em adubos, inseticidas, herbicidas etc. Não tão fáceis foram os estudos e pesquisas para criarem mecanismos adaptativos para plantas exóticas, com possibilidades de se adaptarem às exigências ecológicas de um novo ambiente. Mas, com centros de excelência criados e muito recurso do capital internacional e nacional, os pesquisadores logo mostraram suas habilidades para resolver esses problemas e rapidamente encontraram as soluções.

Infelizmente, o brilhantismo dos pesquisadores só cintilava em um olho, aquele que vislumbrava a produtividade. O olho do conhecimento global do ambiente esteve sempre fechado. Este fato restringia ao pesquisador a possibilidade de ver a realidade como um sistema dinâmico, cujas partes devem estar em constante interação de equilíbrio, para evitar as entropias, pois estas, uma vez desencadeadas, podem provocar situações incontroláveis.

Entretanto, quem tem muito quer sempre mais; então, os detentores dos meios de produção exigiram dos governantes a criação de suporte de infraestrutura, surgiram estradas, postos de abastecimento e serviço, que da noite para o dia se transformaram em grandes polos urbanos, Chapadão do Céu em Goiás; Chapadão dos Gaúchos, em Mato Grosso do Sul; Sinop, em Mato Grosso; Lucas do Rio Verde, também em Mato Grosso; Roda Velha; Rosário do Oeste, Luís Eduardo Magalhães, todos no oeste da Bahia. Isso, sem contar os povoados existentes, que logo explodiram em municípios, com economias altamente dinâmicas e absenteístas.

QUANDO A CONSTELAÇÃO COMEÇOU A DESAPARECER

Quando esse clarão irradiante bateu pela primeira vez nos locais abençoados dos chapadões centrais da América do Sul, algumas das estrelas que formavam a constelação do Cerrado começaram a desaparecer. As



Foto: WikiMediaCommons/ Reprodução

primeiras foram as gramíneas e plantas herbáceas pequenas, que revestiam as inúmeras campinas, locais geralmente situados em áreas planas, com mais de 850 m de altitude. Depois atiraram ao chão as plantas arbóreas do cerrado e do cerradão, utilizando-se de correntes atreladas a possantes tratores.

Caíram pequizeiros, mangabeiras, jatobazeiro-do-campo, cagaiteiras, baruzeiros, e tantas outras plantas arbóreas, que eram impossíveis de serem identificadas e quantificadas. Muitas viraram carvão, pelo alto teor de sílica, para serem utilizadas nas grandes siderúrgicas do Sudeste. As matas subúmidas ombrófilas, que ocupavam as chamadas terras de cultura, em razão da fertilidade do solo, foram os locais onde se instalaram as primeiras grandes fazendas da região; cobiçadas desde os primórdios, hoje só restam resíduos ou relictos.

Além dos solos de boa fertilidade, seus recursos madeireiros, usados na indústria de móveis e nas construções, eram também bastante cobiçados. E assim se foram aroeiras, angicos, gonçalos-alves, jequitibás, jatobás-da-mata, paus-pereira, ipês, e um infindável rosário de espécies endêmicas. As matas ciliares, com o tempo, tiveram o mesmo destino; as veredas, no início preservadas, viraram também frutos da cobiça, porque representaram perigos, pela presença de pequena quantidade de gado pertencente aos posseiros, que se constituíam em ameaças para o grande latifúndio.

Assim, essas estrelas, que formavam uma constelação ecossistêmica, foram desaparecendo. A extinção da flora, que constitui o ápice angular e temporal da evolução, trouxe a extinção de outros elementos, desde os atmosféricos, litosféricos, hidrosféricos e biosféricos. Estes também foram ou estão paulatinamente desaparecendo, alguns já desapareceram para sempre, outros, só dependem da seta do tempo.

O CERRADO COMO SISTEMA

O problema central está em compreender o Cerrado apenas por sua vegetação. É importante entender que se trata de um Sistema Biogeográfico no qual flora, fauna, solo, relevo, recursos hídricos e processos atmosféricos mantêm relações de interdependência.

É muito mais simples caracterizá-lo como Bioma, conceito trabalhado por Clements em 1916. Dessa forma, mascaram os conhecimentos globais e não precisam se incomodar com as exigências da ciência contemporânea, que a todo momento fica tirando o sossego e obrigando a pensarem continuadamente.

Quando o conceito de Bioma foi criado, nem se imaginava a teoria da Tectônica de Placas, cuja comprovação, a partir da década de 1960, veio revolucionar todos os conceitos que a humanidade tinha até então sobre os ambientes terrestres e marinhos, possibilitando uma visão holística dos fenômenos ambientais e ressaltando a ideia da temporalidade.

O conceito de Savana carece de conhecimentos regionais profundos, inseridos num contexto global e, se for comparado ao Cerrado, demonstra as mesmas falhas que, na raiz, minam o conhecimento holístico.

Com os conhecimentos gerados pela Tectônica de Placas, a Terra não poderia mais ser olhada como um Planeta imutável, cujos continentes e bacias oceânicas permaneciam fixos ao longo do tempo. Em vez disso, os pesquisadores começaram a ver a Terra como um planeta integrado e dinamicamente mutável.

Dentro dessa perspectiva, não é possível entender o Cerrado sem a devida compreensão da gênese e evolução de suas bacias de sedimentação geológica. A não compreensão dos fenômenos que originaram a formação dessas bacias restringe a possibilidade de entendimento dos recursos hídricos do Cerrado, tanto em nível de superfície como em nível subterrâneo. Restringe também o entendimento da dinâmica de cada curso d'água e suas inúmeras interações com outros fatores componentes do Sistema.

TERRA, ÁGUA E CLIMA EM MOVIMENTO

Por outro lado, a teoria da Tectônica de Placas reforçou vários outros conhecimentos, como a dinâmica das correntes de convecção, que não só afeta o relevo, mas é capaz de mudar a temperatura das águas oceânicas, que por sua vez afetam as correntes marinhas, que influenciam as correntes aéreas, modificando a composição de umidade dessas. Trouxe também o conhecimento de correntes oceânicas profundas, como a Corrente da Groenlândia, que se desloca lentamente e, por onde passa ciclicamente, altera a dinâmica das correntes marinhas, que, como já foi dito, traz consequências climáticas.

Também é importante ressaltar os avanços científicos oriundos da teoria da Tectônica de Placas e sua interação com a teoria de Sistemas, trabalhada pela Física Quântica, explicitando dados sobre a teoria do Caos, os conceitos de seta do tempo, dos equilíbrios e desequilíbrios, da irreversibilidade, do efeito borboleta, dos fractais e assim por diante. Elementos estes que são fundamentais para entender a globalidade de um Sistema Biogeográfico, como é o Cerrado.



Altair Sales Barbosa - Pesquisador do CNPq. Sócio Emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Professor convidado da UniEvangélica. Membro do Corpo Editorial da *Revista Xapuri*, em *650 Gerações: O Brasil antes dos Europeus*, IAS-Xapuri-IHGG, 2024.

PONTE DE PEDRA E AS LIÇÕES DE HUMBOLDT

Antenor Pinheiro, especial de *Ponte de Pedra,* Paraúna, Goiás

Às vezes, a Geografia escapa dos mapas e se deixa escrever pela própria paisagem. A Ponte de Pedra, uma erosão transformada em arquitetura no município de Paraúna/GO, é um exemplo. Ali, o rio encontrou a rocha e, em vez de recuar, atravessou-a. Água, pedra e tempo construíram silenciosamente um estilizado arco natural, como se o Cerrado tivesse erguido sua própria catedral. Diante dela, é difícil não lembrar Alexander von Humboldt, um dos fundadores da Geografia moderna. Para ele, a natureza não deveria ser compreendida em fragmentos. Rios, rochas, clima, plantas, animais e homens pertencem a uma mesma trama. A paisagem é justamente a face visível dessas relações invisíveis. A Ponte de Pedra parece materializar esse pensamento. O rio não existe sem a rocha que desgasta; a vegetação depende do solo e das águas; a pedra guarda a memória de um tempo muito anterior ao nosso. Nada está sozinho e tudo dialoga. O Cerrado que a envolve também pede outro olhar. Não é apenas a árvore retorcida sob o sol de Goiás. É água escondida, arenito, cavernas, raízes profundas, silêncio e resistência. É uma paisagem que guarda na aparente imobilidade o movimento incessante da Terra. Talvez por isso Humboldt permaneça tão atual. Muito antes de falarmos em sustentabilidade, ele compreendeu que tocar uma parte da natureza significa alcançar, de algum modo, todas as outras. Visitar a Ponte de Pedra, portanto, deveria significar mais do que chegar, fotografar e partir. Diante de uma obra que a natureza levou incontáveis gerações humanas para esculpir, somos convidados à humildade. Sob o grande arco de perímetro disforme, o rio continua seu caminho. A pedra, que julgamos imóvel, também muda. O Cerrado respira ao redor. E nós passamos. Talvez seja essa a mais bela lição de Geografia escrita em Paraúna: a água atravessa a pedra, o tempo atravessa a paisagem, e ambos nos lembram que somos apenas visitantes.



Antenor Pinheiro – Geógrafo. Membro do Conselho Editorial da *Revista Xapuri*.

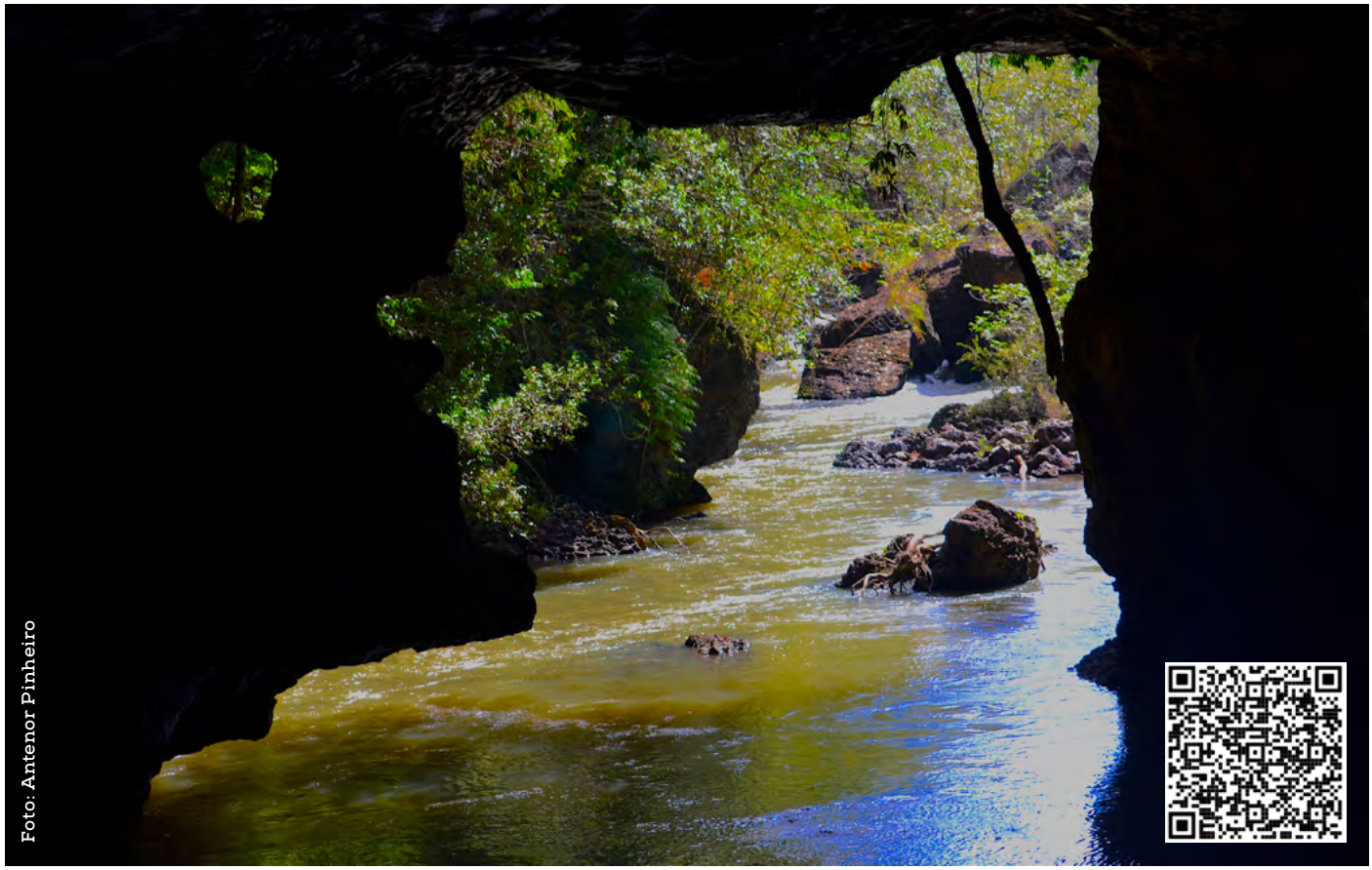


Foto: Antenor Pinheiro



Foto: Gerd Altmann/Pixabay/ Reprodução

DUAS ANTROPOLOGIAS OPOSTAS, PRESSUPOSTAS NA IA

Leonardo Boff

Na encíclica *Laudato Si*, sobre o cuidado da nossa casa comum (2015), o Papa Francisco criticou rigorosamente a tecnociência, por ser uma das causas da degradação da natureza. Isso se refere à prevalência do paradigma do *"dominus"* (ser o senhor), que prevaleceu ao longo da Era Moderna sem que os seres humanos se sentissem parte da natureza.

A esse paradigma do *"dominus"*, o Papa, na encíclica *Fratelli Tutti* (2020), contrapõe o paradigma do *"frater"* (irmão e irmã). Todos os seres são nossos irmãos e irmãs porque todos viemos do mesmo pó da Terra. Além disso, todos nós, desde os mais antigos, passando pelos dinossauros, pelas aves e chegando até nós, possuímos o mesmo código genético básico: os 20 aminoácidos e as quatro bases fosfatadas. Disso deriva uma fraternidade universal, entre os seres humanos e entre eles e todos os outros seres da natureza. Um laço de amor e amizade, enfatiza a encíclica, deve envolver a todos.

Essa fraternidade universal projeta um mundo, uma política e uma economia diferentes, partindo da base, da região, sempre a serviço da comunidade da vida, seja ela natural ou humana, especialmente a mais vulnerável.

Daí surge uma nova ética de solidariedade e cooperação que encontra seu ponto de referência exemplar na parábola do Bom Samaritano, analisada em detalhes por *Fratelli Tutti*.

1. A ANTROPOLOGIA DA VIGILÂNCIA E DO CONTROLE

A encíclica *Magnifica Humanitas* baseia-se em duas antropologias analisadas criticamente pelo Papa: a da vigilância e a do cuidado. Na metáfora papal, Babilônia e Jerusalém. A primeira, a da vigilância, foi formulada inicialmente pela filósofa e psicóloga americana Shoshana Zuboff, em 2021.

Posteriormente, foi adotada pelo fundador da Palantir, Peter Thiel. Ela se concentra não no processo econômico, mas no controle e na vigilância das pessoas. Peter Thiel parte de uma antropologia extremamente reducionista: "O homem é um ser perigoso, mar-

cado por paixões, naturalmente inclinado ao conflito, que precisa ser contido".

A estratégia consiste em monitorá-lo, privando-o de suas liberdades para confiná-lo ao sistema dominante, o capitalismo neoliberal especulativo. Essa estratégia recebe nomes mais amenos para facilitar a assimilação, sem alterar sua lógica: "democracia de mercado" ou "capitalismo democrático".

Essa perspectiva antropológica levou o pensador Garrett Hardin a afirmar: "Tendo eliminado todos os outros inimigos, o homem é agora seu próprio pior inimigo; tendo eliminado todos os seus predadores, o homem é seu próprio predador."

Essa estratégia de controle e vigilância, impulsionada pela crise climática, enfrentará grandes convulsões sociais. Alegando salvar a humanidade de sua perversidade natural, ela a subjuga completamente.

É nesse sentido que a *Magnifica Humanitas* critica rigorosamente o transumanismo e o pós-humanismo, embora reconheça seus méritos. O transumanismo visa maximizar as capacidades humanas por meios técnicos e biológicos, buscando maior eficiência em nome da acumulação. O pós-humanismo é mais radical, pois busca fundir os seres humanos com as máquinas e a natureza a fim de inovar a história e estabelecer uma nova era geológica semelhante ao Antropoceno.

Todas essas propostas derivam do paradigma da modernidade, do *"dominus"*, do ser humano que se apropria de tudo e se coloca fora e acima da natureza. Por mais dura que seja a observação, é importante reconhecer que esse projeto, que exclui a transcendência e se baseia unicamente em ações humanas, realiza a construção da Babilônia denunciada pelo Pontífice. Não aponta para uma maior humanização e relações sociais mais harmoniosas. Dada a sua lógica interna de competição sem solidariedade, tal projeto poderia nos levar à autodestruição.

O cosmólogo Carl Sagan já havia alertado para isso, considerando o risco da disseminação de armas letais. Ele cunhou a expressão "o princípio da autodestruição".

2. A ANTROPOLOGIA DO CUIDADO E DA PREVENÇÃO

Essa antropologia da vigilância e do controle é contrastada com a antropologia do cuidado e da prevenção, a reconstrução de Jerusalém que, além do esforço humano, inclui uma referência ao transcendente, a Deus.

A vantagem dessa categoria de cuidado é que ela pertence à própria essência do ser humano, como se evidencia na Fábula 220 de Higino, na Roma Antiga, e como explorado por Martin Heidegger em *Ser e Tempo* e pela enfermeira inglesa Florence Nightingale. *A Carta da Terra* e a encíclica do Papa Francisco têm como subtítulo: Sobre o Cuidado da Nossa Casa Comum.

O cuidado representa uma relação não agressiva e amigável com tudo o que existe e vive. Se as grandes empresas de tecnologia e a inteligência artificial fossem imbuídas de cuidado e do princípio de prevenir danos potenciais, jamais colocariam em risco a vida humana e o futuro do planeta com toda a sua biodiversidade.

Esse paradigma de cuidado surge como o mais adequado à proposta do Papa Francisco e do Papa Leão XIV, e à melhor reflexão ecológica, para um mundo caracterizado pelo amor e pela amizade. Está ao alcance das possibilidades humanas.

A visão antropológica de Peter Thiel esquece que os seres humanos são essencialmente seres de amor, como demonstraram os biólogos chilenos James Watson, Humberto Maturana e Francisco Varela. Da mesma forma, são seres de solidariedade, através da qual deram o salto da animalidade para a humanidade.

A nova ciência contemporânea afirma que a espiritualidade é um fato objetivo da natureza humana, assim como a razão e a vontade. Ela se revela através do amor, da cooperação e da abertura ao Mistério do mundo, chamado na linguagem dos cosmólogos de Abismo Nutridor.

A sociedade da vigilância e do controle treina as pessoas, a sociedade do cuidado as educa. Essa educação é urgente se quisermos continuar vivendo neste planeta, nossa pátria comum. Caso contrário, a advertência do Papa Francisco na *Fratelli Tutti* não se concretizará: "Estamos todos no mesmo barco. Ninguém se salva sozinho. Ou nos salvamos juntos, ou ninguém se salva".

O Papa Leão XIV, com sua *Magnifica Humanitas*, oferece-nos diretrizes válidas para garantir um bom futuro para a humanidade, nossa Casa Comum e a natureza.

A declaração esperançosa do estudioso da cultura patriarcal, o brasileiro Antonio Sales Rios Neto, que certamente se alinha com a postura positiva da *Magnifica Humanitas* e da nova ecologia, se confirma: "Surgirão iniciativas que tornarão possível uma democracia planetária, abraçando um pluralismo de modos de vida e uma economia que redescubra seu significado original – a proteção da vida e o cuidado com nossa única Casa Comum – a tempo de evitar a interrupção prematura da experiência humana. Não custa muito imaginar e tentar!" Que Deus assim o permita.



Leonardo Boff – Teólogo, filósofo e escritor. Autor, entre outras obras, de *A Grande Transformação na Economia, Política e Ecologia* (Vozes, 2014). Artigo editado por limitação de espaço, veja o texto na íntegra em: https://leonardoboff.org/2026/08/04/due-antropologie-in-opposizione-presupposte-nellia/



PALAVRAS QUE DANÇAM COM A FOLIA

Vinícius Farias

Em meio à folia de Nossa Senhora d'Abadia, em um pouso na Chácara de nome Picina de Silòé, que tradicionalmente acontece no Vale da Esperança, zona rural de Formosa-GO, entre o som da caixa, os versos cantados e o cheiro de café e chá de capim-santo, o que mais me prendeu não foi só a fé nem a festa: foi a língua.

Palavras como: mussunga; benze; canturio; ladainha; bendito; caixeiro; munssungueiro; catira; curraleira, entre outras que a cidade quase esqueceu, mas que no giro da Folia continuam vivas, precisas e cheias de significados.

A mussunga, por exemplo, não é qualquer cozinha. É o ponto de encontro ambulante onde os foliões se aquecem, guardam as traias, contam casos e se preparam para o próximo pouso. O munssungueiro, por sua vez, cuida desse espaço sagrado de convivência. A catira e a curraleira não são só danças, carregam muita sincronia, sonoridade e memória em movimento. O bendito de mesa agradece a comida e a companhia. A ladainha e o canturio representam uma herança cultural de rezas populares transmitidas de geração a geração, de forma oral, durante séculos. Já o caixeiro marca o ritmo que guia o grupo.

Essas palavras não estão nos manuais de português padrão. Elas pertencem a uma tradição

que pesquisadores como Ionara Pereira já chamaram de "folionês", que significa a linguagem das folias da roça de Formosa e região. Estudos mostram que esse falar guarda arcaísmos, cria termos novos e se adapta sem perder a raiz. É língua de quem gira, de quem pede pouso, de quem beija a bandeira e de quem acredita que o Divino caminha junto.

No Vale da Esperança, como em tantas comunidades rurais goianas, a folia não é só festa religiosa. É também resistência cultural. Enquanto o asfalto avança e a cidade impõe seu vocabulário, a mussunga continua sendo chamada de mussunga. O caixeiro continua sendo caixeiro. E a catira continua batendo no chão com o mesmo nome de sempre.

Essa riqueza linguística é patrimônio vivo. Nasceu do encontro entre a fé popular, a memória africana e a vida no Cerrado. É a mesma língua que acompanha a Romaria de Nossa Senhora d'Abadia no território Kalunga e em tantas outras comunidades rurais do nordeste goiano. Uma língua de resistência, de afeto e de identidade, que corre sérios riscos de desaparecer. Não porque a juventude não se interesse, pois muitos jovens ainda acompanham os giros, tocam e dançam.

O problema talvez seja outro: o difícil acesso às oportunidades no campo. Sem escolas de qualidade voltadas à educação no campo, apoio à agricultura familiar, sem valorização da cultura local, os jovens precisam sair. E, quando saem, levam no bolso a esperança de voltar, porém muitas vezes acabam ficando. A tradição fica para trás, guardada na memória de quem ficou.

O poder público tem responsabilidade nisso. Educação do campo de verdade, com currículos que incluam a história e a língua das comunidades. Incentivo aos mestres e mestras de folia. Políticas que permitam aos jovens viver dignamente onde nasceram ou voltar com dignidade. Cultura não se preserva só em museu: se preserva quando as pessoas podem permanecer no território e transmitir o que sabem.

Valorizar essas palavras é valorizar as pessoas que as carregam. É reconhecer que a diversidade linguística do Brasil não está só nos livros: está no giro, na reza, na dança e no café da madrugada. Está no Vale da Esperança, onde a Folia de Nossa Senhora d'Abadia ainda ensina que a língua também pode ser festa, fé e memória.

Que essas palavras continuem dançando. E que as próximas gerações ainda continuem ouvindo.



Vinícius Farias - Licenciado em Matemática pela Universidade Estadual de Goiás, pós-graduado em Matemática Financeira e Estatística pela Faculdade Dom Alberto e pós-graduando em Educação para Cidadania pelo Instituto Federal de Goiás.



"O VÉU DA INTOLERÂNCIA": BÀBÁ SIDNEI NOGUEIRA ATUALIZA LIVRO E APROFUNDA DEBATE SOBRE RACISMO RELIGIOSO

Giovanne Ramos

Nova edição da obra "Intolerância Religiosa" argumenta que ataques a terreiros vão além da fé e atingem modos de vida, conhecimentos e estruturas comunitárias



Foto: FH Fotografia/Divulgação

Bàbá Sidnei Nogueira lança a nova edição revisada e ampliada de *Intolerância Religiosa*, pela Rosa dos Tempos, selo do Grupo Editorial Record. A obra integra a coleção Feminismos Plurais, organizada por Djamila Ribeiro. A edição anterior figurou entre as finalistas do Prêmio Jabuti 2021.

O livro investiga as raízes históricas da perseguição religiosa e questiona a definição das violências contra as religiosidades afro-brasileiras apenas como "intolerância religiosa". Para o autor, essa classificação encobre o racismo que estrutura os ataques.

"Quando um terreiro é atacado, não estamos falando apenas de uma agressão à fé. Estamos falando de uma tentativa de apagar modos de vida, conhecimentos, relações comunitárias e formas de compreender o mundo", afirma Bàbá Sidnei em nota à imprensa.

A provocação aparece em uma das perguntas que conduzem a obra: "O véu da intolerância: o que o véu cobre?". A partir dela, o autor discute estigma, etnocentrismo, colonialidade, racismo estrutural e as diferentes formas de violência que atingem as comunidades tradicionais de terreiro.

QUANDO TOLERAR NÃO BASTA

A própria palavra "tolerância" é colocada em discussão. Bàbá Sidnei questiona uma relação na qual alguém ocupa a posição de tolerar, admitir ou suportar a existência do outro.

A discussão desloca o debate da simples convivência entre diferentes religiões para o reconhecimento do direito à existência de diferentes tradições, conhecimentos e formas de estar no mundo.

"Não basta que nossas tradições sejam toleradas. O que está em discussão é o direito de existir, produzir conhecimento, transmitir saberes e viver a própria ancestralidade sem que isso nos coloque sob ameaça", aponta Bàbá Sidnei.

DA PERSEGUIÇÃO À CURA

Intolerância Religiosa está organizado em três grandes partes. A primeira recupera os caminhos históricos da perseguição e do estigma religioso e observa suas manifestações contemporâneas. Na segunda, "A verdade sobre a intolerância religiosa é branca: mais um dos tentáculos do racismo", Bàbá Sidnei aprofunda a relação entre racismo e perseguição às tradições de matrizes africanas.

A terceira parte, "Da perseguição à cura: epistemologia negra como possibilidade de desconstrução do racismo religioso", apresenta outros caminhos para pensar o enfrentamento a essa violência. Cosmossentidos, alteridade e ética aparecem como elementos de uma reflexão que ultrapassa o campo religioso e alcança as formas pelas quais a sociedade se relaciona com a diferença.

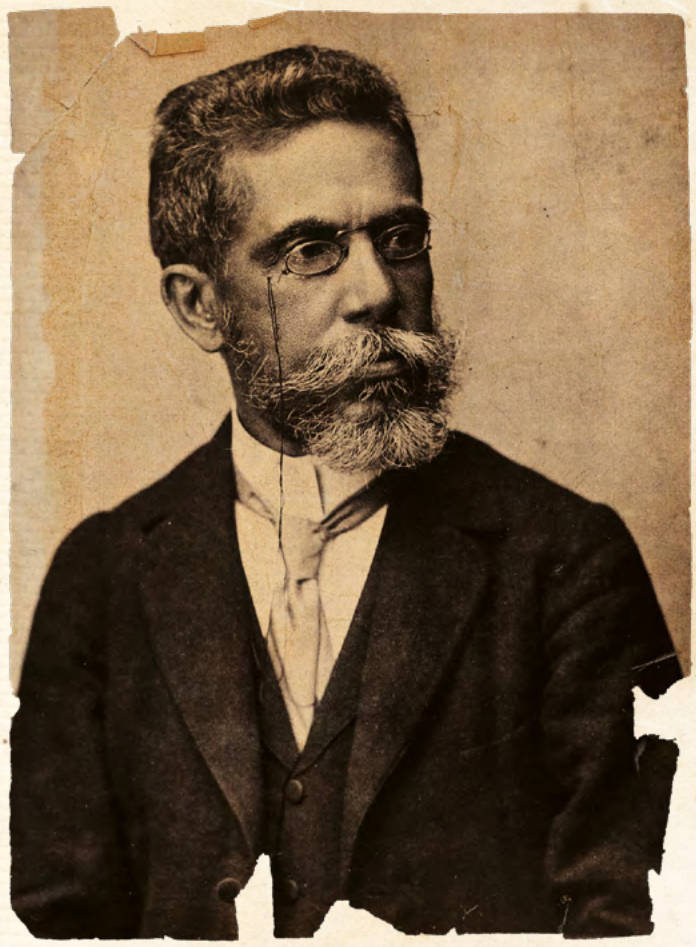
"Voltar a este livro hoje é perceber o quanto essa discussão continua urgente. A violência contra os terreiros não começa quando uma porta é quebrada ou uma imagem é destruída. Ela começa muito antes, quando determinados saberes, culturas e modos de existir são tratados como menos legítimos do que outros", diz Bàbá Sidnei.



Giovanne Ramos – Redator. Matéria originalmente publicada no site Alma Preta, disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cultura/baba-sidnei-nogueira-atualiza-livro-intolerancia-religiosa/

OS SETES DE SETEMBRO DO VELHO MACHADO

Arthur Wentz e Silva



Não restam dúvidas de que Machado de Assis é o principal nome do cenário literário brasileiro. Sua trajetória ao longo da consolidação de nossa literatura fornece as engrenagens de um país que se inventava aos trancos. Poucos deixaram, como ele, uma obra que continua a exigir do leitor, e sobretudo da crítica, o gesto de voltar, reler, desconfiar e produzir análises inéditas.

O Bruxo do Cosme Velho nunca foi de fugir de debates, nem mesmo dos temas mais espinhosos e das contradições mais obscuras de nossa formação histórica. É talvez aqui que reside uma das fontes inesgotáveis de seu talento temático.

Um desses temas ainda é (curiosamente, ou não) o olhar sobre os mitos fundacionais da Pátria: o fatídico grito do Ipiranga. Com sua perspicácia crítica sobre a identidade nacional, ele deu regência e tensão para as contradições que revestem a nossa data-emblema.

A primeira aparição temática ocorre ainda nos escritos do jovem fluminense, no auge de seus 17 anos. Os versos de predominância em decassílabos brancos de O grito do Ipiranga (1856) parecem apresentar, em primeira análise, um movimento romântico e ufanista da cena da independência. Nele, Machado exalta D. Pedro I de forma hiperbólica, associando-o a Napoleão Bonaparte ("o César de Marengo") e descrevendo sua voz como a "lava do Vesúvio", ao mesmo tempo em que recorre a aspectos da natureza tropical e à cor local como símbolos de afirmação nacionalista.

Já a segunda aparição parece estar no compasso machadiano que conhecemos com precisão: o tempo da ironia e da sátira. Na crônica de 1876 (publicada na revista Ilustração Brasileira, por meio da coluna História de Quinze Dias), ressurge esse tipo de construção estética sob o pseudônimo de Manassés. Isto é, distanciando-se do lirismo juvenil, Machado passa a explorar de forma cirúrgica as ambiguidades e os excessos retóricos do discurso nacionalista do século XIX.

No espaço da crônica, gênero propício para a elocução dos pensamentos imediatos e para a observação das miudezas cotidianas, o autor intervém com sátira em uma polêmica acalorada que ocupava a imprensa da época sobre a exatidão geográfica da Proclamação da Independência. Diante da tese de que o brado ocorreu longe das margens do rio, o cronista escolhe o lado da intervenção poética sobre o fato real: ele defende que a lenda é preferível à história autêntica, pois, se os livros podem ser corrigidos em edições futuras, os versos dos poetas não se emendam com a mesma facilidade. Não significa que ele negue o fato histórico, mas que reivindica, com todas as letras, a superioridade estética e afetiva da lenda sobre ele.

Percebe algo? Não seria mesmo o nosso destino, desde os confins do romantismo, inventar um Brasil possível que tolere a aspereza de nossos caminhos formativos contraditórios? Há um vernáculo machadiano potente em toda essa construção estética que desnuda uma relação ambígua entre o brasileiro do século XIX e sua própria história forjada. Os dois setes de setembro de Machado, com vinte anos de diferença, propõem este diálogo implacável: complementam-se e tensionam-se na própria constituição dos nossos referenciais nacionais.



Arthur Wentz e Silva – Estudante de Letras: Língua Portuguesa e Respectiva Literatura na Universidade de Brasília (UnB) e revisor da *Revista Xapuri*. Este texto se apoia na crítica de Wilton José Marques, "O Grito do Ipiranga" e a persistência do *tópos* histórico (um poema inédito de Machado de Assis), publicada na Machado de Assis em Linha (v. 14, 2021).

A VIDA NÃO CABE NO SEU BOLSO. CABE NO BOLSO DE QUEM?

Carlos Fidelis da Ponte

O mercado passou a organizar todas as dimensões da sociedade. A luta histórica pelo SUS ensina que é possível enfrentar esse processo – mas, para isso, será preciso encarar as novas ameaças. É hora de disputar o futuro, com um novo projeto que amplie direitos, baseado na solidariedade e na cooperação.

Estamos nos transformando em uma sociedade organizada cada vez mais à imagem e semelhança do mercado. Em lugar de reconhecer em cada ser humano uma dignidade que não tem preço – expressão da graça para os que creem e fundamento de direitos universais para todos –, somos estimulados a agir como indivíduos permanentemente ocupados em calcular custos e benefícios, ganhos e perdas, vantagens e oportunidades.

A promessa é sedutora: cada pessoa seria livre para buscar no mercado aquilo de que necessita e construir, por seus próprios meios, o futuro que deseja. Mas, por maior que seja nossa renda, nenhum de nós é capaz de comprar sozinho tudo aquilo de que precisa para viver.

Nesse mundo, nenhuma conquista parece suficiente ou permanente. Todos precisam competir continuamente para conservar o que possuem e alcançar o que lhes falta. Mesmo os vencedores de hoje podem ser derrotados amanhã. A insegurança deixa de ser uma disfunção e passa a constituir um princípio de organização da vida social. O futuro transforma-se em uma corrida permanente na qual todos são adversários. Aos que não conseguem acompanhar seu ritmo, resta o destino do bagaço do moinho: uma vez exauridos, tornam-se descartáveis.

Mas há uma questão ainda mais profunda. Se tudo deve ser submetido ao mercado, quem governa quem? A democracia estabelece os limites dentro dos quais a economia deve funcionar ou o poder econômico passa a definir os limites e as possibilidades da própria democracia? Quem decide o que produzir, onde investir, quais conhecimentos desenvolver, quais necessidades atender e que futuro construir?

É aqui que a pergunta contida no título adquire seu sentido político. A vida não cabe no bolso de cada um porque nenhuma pessoa pode assegurar individualmente todas as condições necessárias à própria existência. Mas, se uma sociedade dispõe de riqueza, conhecimento e recursos suficientes para assegurar uma vida digna à sua população e milhões continuam privados de direitos e oportunidades fundamentais, precisamos perguntar: quem se apropria da riqueza produzida coletivamente? Quem decide sua destinação? A serviço de quais interesses ela é utilizada? Se a vida não cabe no nosso bolso, cabe no bolso de quem?

O SUS QUE O FUTURO EXIGE

Avançar nessa direção exige enfrentar as contradições do próprio sistema de saúde. Embora constitucionalmente definido como público, universal e integral, o SUS expandiu-se em meio ao subfinanciamento e à crescente dependência de estruturas privadas. Em áreas estratégicas, o Estado financia atividades e tecnologias sobre as quais possui limitada possibilidade de planejamento, regulação e controle. Renovar a Reforma Sanitária significa perguntar quais infraestruturas e competências públicas o Brasil precisa possuir diretamente para assegurar o direito à saúde, reduzir desigualdades e responder com autonomia aos desafios do futuro.

É preciso também avançar da universalidade formal para a igualdade e a equidade substantivas. O território, a renda, o trabalho, a raça, o gênero, a orientação sexual e as condições ambientais continuam determinando quem adoece, quais cuidados recebe e quanto tempo vive. Universalizar o acesso de forma equitativa e integral permanece um objetivo a ser alcançado.

Mas não basta assegurar o acesso. A qualidade dos serviços, das instalações e do acolhimento também expressa o valor que uma sociedade atribui às pessoas. Os equipamentos públicos devem oferecer ambientes dignos, acolhedores e bem cuidados, capazes de fortalecer a autoestima, o pertencimento e a confiança nas instituições. A excelência do serviço público não é luxo nem questão secundária: é parte constitutiva da cidadania e condição para que a sociedade reconheça essas instituições como patrimônio comum e se disponha a defendê-las.

Alcançar esses objetivos pressupõe fortalecer a presença do SUS nos territórios e ampliar sua estrutura pública. Hospitais, laboratórios, sistemas de vigilância, plataformas digitais e competências científicas, tecnológicas e produtivas são indispensáveis à proteção da população e à soberania. Atenção primária e especializada não são excludentes, mas dimensões complementares de um sistema capaz de articular prevenção, cuidado e resposta aos diferentes desafios sanitários. Ao mesmo tempo, seu poder de compra pode induzir pesquisa, inovação, produção nacional e empregos qualificados, fazendo da saúde, além de um imperativo ético, um ativo estratégico para o desenvolvimento inclusivo, sustentável e soberano.

Estratégias como o prontuário único, a constituição de grandes bases de dados e a incorporação de novas tecnologias, articuladas à vigilância sanitária e epidemiológica e ao conhecimento das realidades territoriais, podem ampliar o monitoramento de riscos, a antecipação de ameaças e as respostas às necessidades da população. Os direitos individuais sobre os dados pessoais devem ser rigorosamente protegidos, ao mesmo tempo que o patrimônio informacional de interesse coletivo, produzido a partir deles, deve permanecer sob controle público, resguardado da apropriação e da exploração por interesses privados e utilizado em benefício da sociedade.

UM PAÍS RICO, UMA SOCIEDADE DESIGUAL

O Brasil não parte do zero. É um país rico, de dimensões continentais e extraordinária diversidade ecológica, genética e cultural. Possui uma das maiores economias do mundo, expressivo mercado interno e uma base científica, tecnológica e produtiva que o distingue da maioria dos países de baixa e média renda. Não há razão para continuarmos convivendo com a fome, a miséria e a violência que atingem grande parte de nossa população. É inaceitável que as chagas abertas pela colonização, por séculos de escravidão e por sucessivas formas de subordinação a interesses externos continuem a sangrar e a reproduzir desigualdades profundas.

Dispomos de recursos, conhecimentos e instituições para assegurar a todos os brasileiros direitos, oportunidades e condições dignas de vida. Entre essas instituições, destaca-se o SUS, presente em todas as regiões, municípios e biomas do território nacional. Essa extraordinária capilaridade faz do sistema público de saúde não apenas uma estrutura de cuidado e proteção da população, mas uma base capaz de articular territórios, reduzir desigualdades, produzir conhecimento e contri-



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

buir para um país mais democrático, plural e soberano.

QUEM SE APROPRIA DA NATUREZA E QUEM DECIDE O FUTURO?

Por que, então, uma sociedade tão rica continua produzindo tamanha desigualdade? Nenhuma transformação profunda será possível sem enfrentar as estruturas que limitam a conversão da riqueza nacional em direitos e bem-estar. Enquanto faltam recursos para saúde, educação, moradia, acesso à terra, ciência, atividades produtivas e proteção social, volumes extraordinários são destinados à remuneração financeira, retirados do investimento produtivo ou subtraídos aos cofres públicos por meio de subsídios e privilégios fiscais. A questão não é apenas saber se existem recursos, mas quem se apropria deles, quais prioridades orientam sua utilização e a que sociedade servem.

É necessário estabelecer um sistema tributário progressivo, aliviar significativamente a carga sobre os mais pobres, ampliar a tributação da renda e do patrimônio e reduzir as distâncias entre classes e segmentos sociais. Nenhuma política fiscal pode ser considerada responsável quando compromete a proteção da vida e as possibilidades de o país alcançar patamares mais elevados de desenvolvimento científico, tecnológico e produtivo em bases sustentáveis. Avançar no processo civilizatório significa também democratizar o acesso à terra, proteger o meio ambiente, enfrentar desigualdades historicamente produzidas e colocar a riqueza, o conhecimento e os avanços da ciência e da tecnologia a serviço do bem comum.

Na saúde, isso significa lutar, entre outros caminhos, por uma Lei de Responsabilidade Sanitária capaz de estabelecer obrigações, metas e garantias de financiamento, combater desigualdades territoriais, fortalecer a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico públicos e preparar o Brasil para futuras emergências. Diante do conflito entre direitos fundamentais e imposições da austeridade fiscal, a vida e o futuro do país devem constituir prioridades do Estado.

Essa transformação exige recuperar os meios públicos de planejar, coordenar e agir. A fragmentação orçamentária e a expansão das emendas parlamentares comprometem estratégias de longo prazo, restringem a execução de programas legitimados pelas urnas e alteram o equilíbrio entre os Poderes sem os correspondentes mecanismos de responsabilização política e institucional. A democracia requer transparência e participação social, mas também condições efetivas para governar e realizar direitos.

A ação do Estado é igualmente comprometida por taxas de juros exorbitantes, que transferem anualmente recursos da ordem de um trilhão de reais para a remuneração financeira, em detrimento da atividade produtiva, do investimento e das políticas públicas. A esse montante somam-se centenas de bilhões de reais em renúncias fiscais e subsídios, nem sempre submetidos à adequada avaliação de seus resultados econômicos e sociais. O Brasil dispõe de recursos. O que está em disputa é sua destinação.

A DISPUTA PELO FUTURO

É preciso disputar essa concepção de liberdade, especialmente entre as novas gerações. Saúde, educação, ciência, proteção ambiental e direitos são conquistas coletivas, fundamentos da cidadania e do bem comum. Somos mais livres quando dispomos das condições materiais e sociais para escolher nossos caminhos. A ação coletiva não limita a liberdade: é uma das condições para sua realização.

A pandemia de Covid-19 tornou essa interdependência evidente. As mudanças climáticas e os desequilíbrios ecológicos provocados pela expansão indiscriminada das atividades econômicas ampliam riscos sanitários e ambientais em escala planetária. Transformações demográficas e tecnológicas, conflitos geopolíticos, a intensa urbanização e a crescente mobilidade humana impõem novos desafios, que exigem formas ainda mais amplas de prevenção, proteção, coordenação e ação coletiva.

O avanço científico e tecnológico deve também libertar as pessoas de jornadas extenuantes e ampliar o tempo disponível para a convivência, a cultura, a criação, o conhecimento e a participação na vida coletiva. Diante da automação e das novas tecnologias, os ganhos de produtividade não podem resultar apenas em desemprego, precarização e concentração da riqueza: devem ser socialmente compartilhados, inclusive por meio da redução progressiva do tempo de trabalho. O progresso só realiza plenamente seu potencial civilizatório quando amplia a liberdade e as possibilidades da existência humana.

O salto de qualidade de que o Brasil necessita é, portanto, econômico, político, institucional, cultural e ético. Exige redirecionar recursos da especulação para a produção e o bem-estar, reduzir desigualdades, recuperar o planejamento do Estado, enfrentar a desinformação e o preconceito, fortalecer a participação social e recuperar a possibilidade de imaginar futuros coletivos. Exige, sobretudo, reconhecer a vida digna como direito comum e fundamento de um novo projeto de sociedade.

FETEC CUT Centro Norte



Carlos Fidelis da Ponte – Presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e integrante do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Artigo editado por limitação de espaço, veja o texto na íntegra em: https://cebes.org.br/a-vida-nao-cabe-no-seu-bolso-cabe-no-bolso-de-quem/42100/



A CULTURA DOS POVOS ANCESTRAIS SÃO ARTÉRIAS DO PLANETA

Ailton Krenak

"Penso que o tempo é como que um amigo que caminha junto comigo. Por isso, ele não me persegue."

Mesmo estando com pessoas de outra língua, podemos aproximar nosso coração por meio da música, de fotos e de desenhos. E isso vai se transformando em palavras.

Quando a pessoa que recebe a mensagem possui uma margem de aceitação no seu coração, poderá sentir a mensagem profunda de uma palavra. É preciso carregar a mensagem do humanismo.

As palavras podem deixar as pessoas felizes e totalmente tristes. Podem até provocar guerras. Quando não consigo dialogar com uma pessoa usando a cabeça para me comunicar, fico envergonhado a tal ponto de querer me esconder debaixo da terra.

As palavras não existem para ferir as pessoas, elas devem ser usadas para criar.

Certa vez, um jovem saiu para peregrinar em busca de um caminho para a sua vida. No meio do caminho, encontrou um fantasma que lhe perguntou: "Você está falando à toa, ou fala entendendo o verdadeiro sentido das palavras?"

O jovem respondeu: "Estou falando à toa". O jovem então se virou para ver o fantasma e, surpreso, viu ali uma pessoa de verdade. O fantasma era apenas a sua imagem no espelho.

Quando utilizava palavras superficiais, o espelho era de um fantasma. Mas a força da palavra do fantasma lhe fez perceber o sentido profundo das palavras e, a partir daí, viu sua imagem verdadeira.

As pessoas nascem com uma luz de sabedoria, que pode aumentar e fortalecer seu brilho. Precisam deixar de mentir para si mesmas, ir acumulando experiências, procurando encontrar o seu próprio caminho.

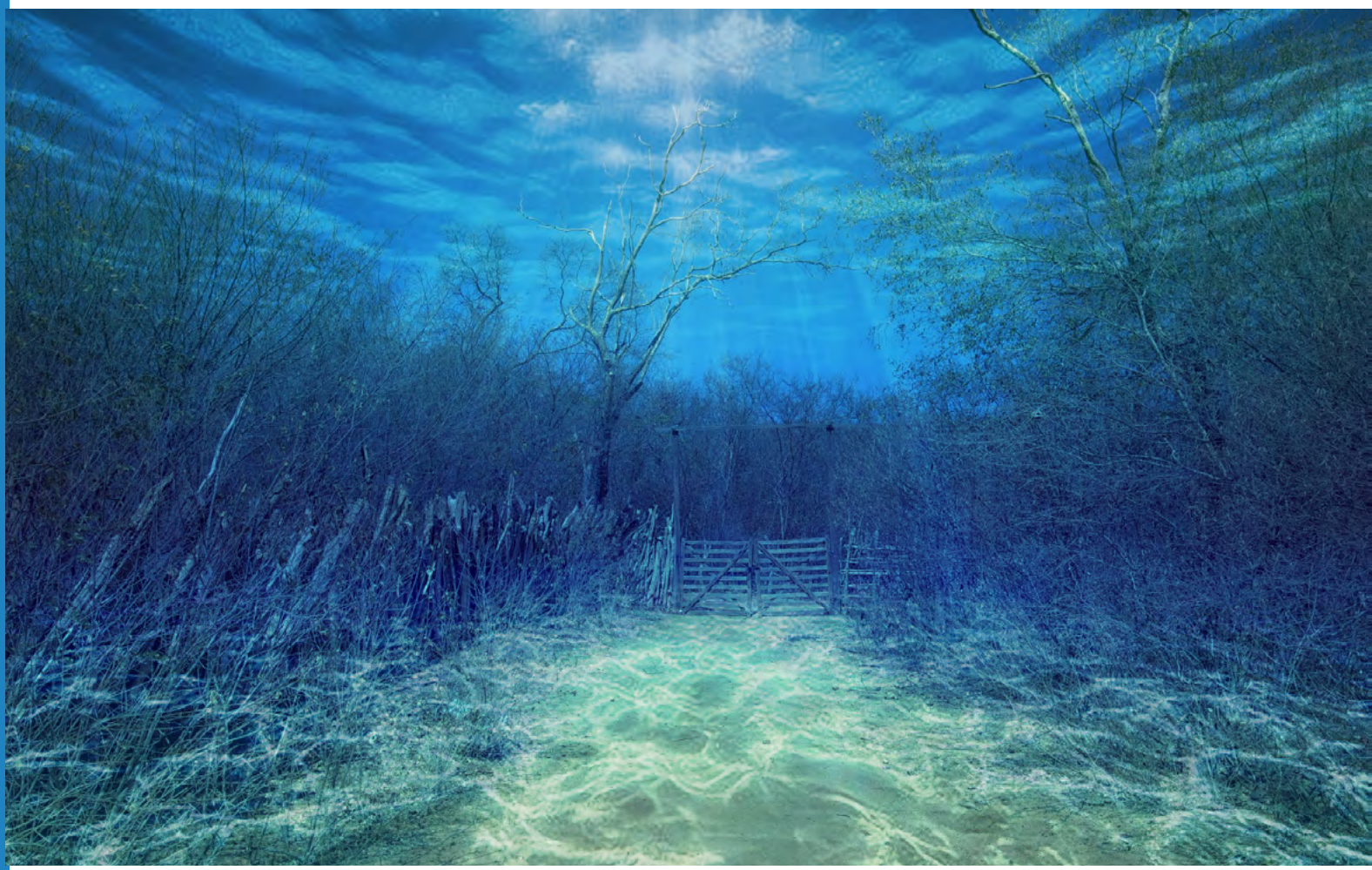


Ailton Krenak – Escritor. Conselheiro da *Revista Xapuri*, em "Um Rio, Um Pássaro", editora Dantes, 2023.



O SERTÃO SOU EU O OCEANO TAMBÉM

Teka Rosso



Recentemente li uma reportagem lembrando que 2026 marca os 70 anos da publicação de *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa. Li o livro há alguns anos e guardei a lembrança de sua beleza, embora muitos detalhes já tivessem se perdido no tempo. Procurei uma síntese da obra, querendo reencontrar Riobaldo, suas travessias e o sertão narrado por ele.

Foi aí que reencontrei a frase que todo mundo lembra: "O sertão sou eu".

Da primeira vez que li o livro, não tinha feito essa associação. Agora essas quatro palavras me levaram direto ao oceano que carrego dentro de mim.

Sertão e oceano são paisagens opostas, à primeira vista. De um lado a terra que se estende sem fim

visível; do outro, a água que também não deixa ver onde termina.

Quando Guimarães Rosa coloca na boca de Riobaldo essa frase, ele não está falando de um lugar no mapa. Está falando do que uma paisagem faz por dentro de uma pessoa.

Riobaldo atravessa o sertão contando sua história – rios, veredas, medos, amores, guerras, escolhas, as dúvidas sobre Deus e o diabo. Aos poucos fica difícil separar onde termina o homem e começa o território, porque aquele lugar vira lembrança, inquietação, palavra dentro dele. E o efeito não para aí: ao dizer "o sertão sou eu", Riobaldo também coloca o sertão dentro de quem lê.

Deixamos de observar de fora e passamos a carregar suas dúvidas como se fossem nossas.

Não tenho pretensão nenhuma de fazer crítica literária, muito menos de comparar as duas obras a fundo. É só uma aproximação de imagens – o que a frase de Riobaldo despertou em mim, cruzado com algo que eu já vinha pensando sobre o oceano.

O oceano, pra mim, não é só o que vejo da praia ou leio em livro de ciência. Ele está nas lembranças, nos afetos, nas escolhas que fiz. Está no ar que respiro, no clima que sinto, na chuva que cai sobre a cidade, na água que desce pelos rios. Até quem nunca viu o mar carrega um pedaço dele sem saber.

Isso me levou a outra paisagem da nossa literatura: *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.

Fabiano, Sinhá Vitória, os meninos e a cachorra Baleia atravessam uma terra castigada pela seca. Diferente de Riobaldo, Fabiano quase não tem palavras para explicar o que aquela terra faz dentro dele. Mas o corpo fala por ele: nos passos cansados, na fome dos filhos, no sonho de Sinhá Vitória, no medo de que tudo volte a acontecer.

A seca, em *Vidas Secas*, não fica do lado de fora. Ela entra nas pessoas, limita as palavras, empurra a família para fora de sua própria terra.

Hoje chamaríamos Fabiano e sua família de deslocados climáticos – a palavra é nova, mas a experiência não.

Um livro me mostra a paisagem que mora dentro do ser humano; o outro, o ser humano forçado a abandonar sua paisagem. Nos dois casos a natureza não é cenário – ela participa da história, decide caminhos, deixa marca no corpo e na memória.

Essas duas leituras me devolveram uma lembrança de infância: o prazer de pisar em terra molhada, o cheiro que a chuva deixa nas árvores depois que passa.

Riobaldo e Fabiano conheceram essa mesma chuva, mas nunca puderam recebê-la com a mesma despreocupação que eu tive quando criança. Para eles, a água nunca foi só cheiro ou frescor – era alívio, era decidir se dava pra ficar ou se era hora de ir embora.

E o que isso tem a ver com o oceano? Mais do que parece.

A água do mar evapora, sobe, vira nuvem e, quando as condições ajudam, volta pra terra em forma de chuva. Alimenta nascente, vereda, rio. Entra no solo, sustenta plantação, mata a sede dos animais, permite que gente continue morando onde construiu sua vida. Depois volta a procurar o mar, por outros caminhos. Entre o oceano e o sertão existe essa viagem que a gente não vê.

Quando essa viagem muda de ritmo, a vida muda junto. O aquecimento do oceano interfere na circulação da atmosfera e na distribuição das chuvas: algumas regiões passam a ter chuva demais, outras enfrentam secas cada vez mais longas. As veredas perdem água, os rios encolhem, a terra deixa de sustentar quem construiu ali sua história.

A literatura brasileira já dizia isso muito antes de existirem os termos técnicos de hoje: mudanças na água mudam destinos humanos.

Quando uma vereda seca, some mais do que um pedaço de paisagem – somem caminhos, espécies, jeitos de viver, lembranças, palavras que nasceram ali.

A crise climática nos coloca diante de uma travessia nova e enorme. Como Riobaldo, avançamos sem entender direito os caminhos, sabendo que algo muda, mas hesitando diante das escolhas que precisam ser feitas.

Procuramos o perigo sempre em outro lugar – no gelo que derrete, na floresta que queima, no oceano que esquenta, no sertão que perde suas veredas – como se o problema nunca fosse aqui.

Só que está tudo ligado, e a água não conhece fronteira nenhuma.

"O sertão sou eu", disse Riobaldo, e com isso colocou o sertão dentro de cada um de nós.

O oceano também somos nós – está no nosso corpo, no ar que respiramos, na chuva que esperamos, nas histórias que contamos. Por isso o que acontece com ele não acontece longe daqui. Quando ele esquenta, a chuva muda; quando a chuva muda, a vereda pode secar; e quando a vereda seca, alguma coisa se altera também dentro da gente.

Nenhuma travessia acontece só do lado de fora. A paisagem que atravessamos também nos atravessa.

Entre o sal do mar e a terra do sertão, a água segue viagem – e nós, mesmo sem perceber, viajamos com ela.



Teka Rosso (Thereza Christina de Almeida Rosso) – Professora Titular do Departamento de Engenharia Sanitária e do Meio Ambiente da Uerj. Especialista em Engenharia Sanitária, na área de concentração de Recursos Hídricos, pela UFMG (1980) e doutora em Engenharia Oceânica, na área de concentração em Engenharia Costeira, pela COPPE/UFRJ (1997). Vencedora do 1º Prêmio Uerj de Divulgação Científica (2026), com o livro *O oceano que habita em mim*, um ensaio que mistura conhecimento científico rigoroso com uma linguagem leve, poética e acessível.



Manguezal e ambiente hídrico afetados em Aurizona durante atividade de campo da pesquisa. Fonte: acervo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), 5 set. 2021.

AURIZONA: A ZONA DO OURO

Dulce Maria Pereira

No litoral ocidental maranhense, o distrito de Aurizona ostenta no próprio nome a vocação mineral que moldou sua história e suas dores. Criado oficialmente pela Lei Estadual nº 269 de 1948, no município de Cândido Mendes, e posteriormente incorporado a Godofredo Viana pela Lei Estadual nº 2.374 de 1964, o território é palco de uma longa trajetória de disputas territoriais. Longe de ser um espaço isolado, a bacia do rio Gurupi integrava, já no século XVI, como informa o historiador Alírio Cardoso, o Atlântico Equatorial, uma zona de forte cobiça geopolítica europeia assentada sobre o profundo conhecimento territorial dos povos indígenas originários e sobre as tecnologias minerárias dos africanos escravizados.

Entre os séculos XVII e XVIII, a Companhia de Jesus articulou suas missões à extração de ouro por meio do desvio de igarapés

e da lavagem de cascalho, utilizando a força de trabalho coercitiva indígena e escravizada africana para financiar colégios em Belém e São Luís. Com a expulsão dos jesuítas pelo Decreto Pombalino de 1759, trabalhadores negros insurgentes refundaram a geografia local, erguendo mocambos ao longo do Gurupi e consolidando uma secular tradição garimpeira quilombola.

De acordo com o histórico oficial do IBGE, o município de Godofredo Viana foi criado pela Lei Estadual nº 2.374, de 9 de junho de 1964, sendo oficialmente instalado em 15 de novembro de 1965. Desde sua criação legal, o município é constituído por dois distritos: a sede e Aurizona.

A despeito dessa profundidade histórica e de quase oito décadas de reconhecimento legal, Aurizona vivencia hoje um sistemático esvaziamento nominal e estatístico em documentos oficiais. Os dados sociais, sanitários e ambientais do distrito são raramente desagregados, ocultando a realidade da população local por trás das estatísticas genéricas da sede municipal.

O distrito de Aurizona encontra-se incrustado na Área de Proteção Ambiental (APA) das Reentrâncias Maranhenses, criada pelo Decreto Estadual nº 11.901, de 1991, e formalmente reconhecida em 1993 como Sítio Ramsar de Importância Internacional nos termos da Convenção de Ramsar de 1971.

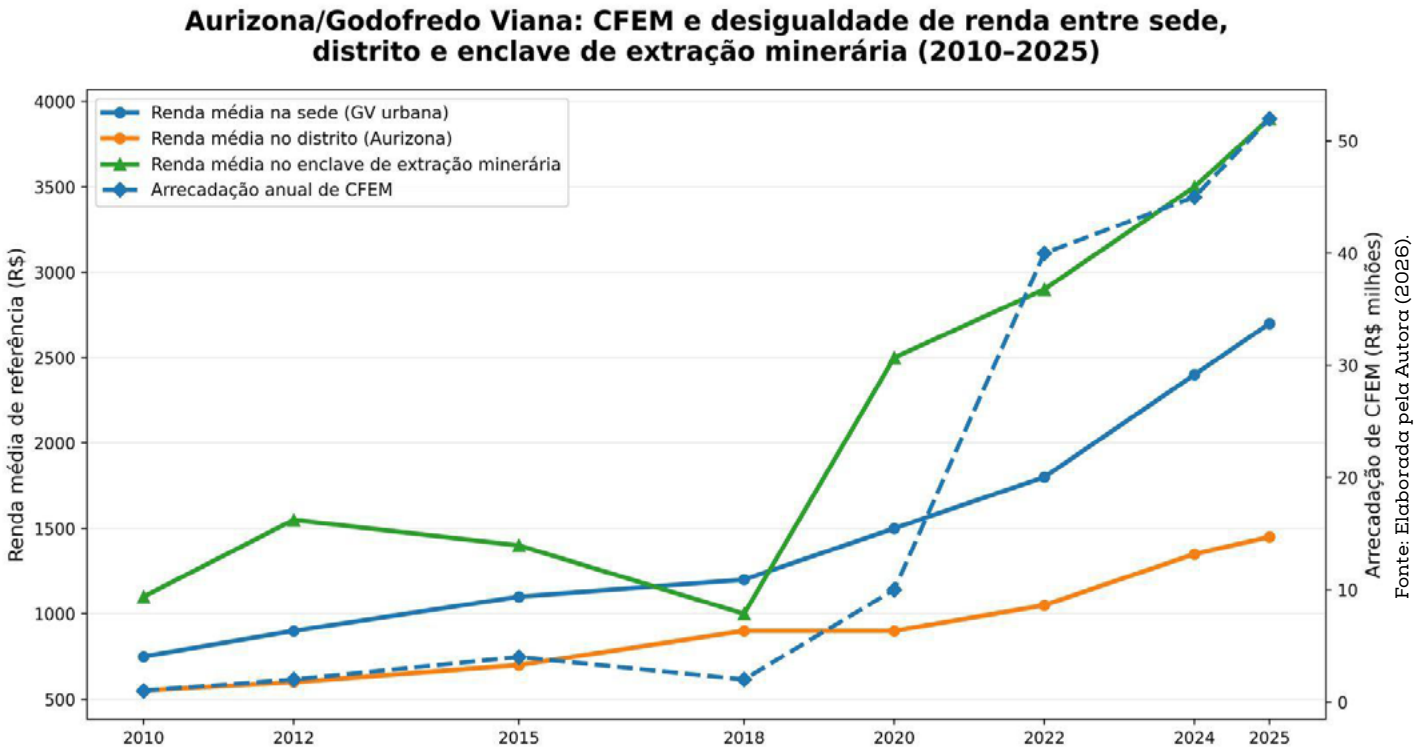
A invisibilidade contrasta com o agigantamento da mineração industrial transnacional. A secular lavra artesanal cedeu lugar a operações de megamineração a céu aberto, caracterizadas por cavas profundas, gigantescas pilhas de estéril, usinas de beneficiamento, explosões constantes e um tráfego incessante de maquinário pesado.

Sob a gestão da Luna Gold e, posteriormente, da canadense Equinox Gold, projetou-se para a Mina Aurizona uma extração média anual de 137 mil onças de ouro (4,26 toneladas/ano), somando 1,5 milhão de onças (46,7 toneladas) acumuladas, com picos operacionais superiores a 160 mil onças anuais e um fluxo de caixa líquido projetado em quase um bilhão de dólares.

Os indicadores econômicos revelam o abismo entre o extrativismo e a pobreza. O Produto Interno Bruto (PIB) de Godofredo Viana sofreu um salto vertiginoso, passando de R$54,8 milhões em 2010 para a marca de R$1,84 bilhão em 2025. A arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) acompanhou essa curva exponencial, saltando de R$220 mil para R$54,92 milhões no mesmo período. No entanto, a opulência fiscal não se traduziu em desenvolvimento social sustentável. O Índice de Gini do município, que mede a desigualdade de renda, recuou de 0,62 em 2010



Mapa 1 – Aurizona no município de Godofredo Viana e na APA das Reentrâncias Maranhenses. Fonte: IBGE (2022), ICMBio (2023) e MMA (2023). Elaboração: Dulce Maria Pereira.



Aurizona/Godofredo Viana: CFEM e desigualdade de renda entre sede, distrito e enclave de extração minerária (2010–2025).

para 0,58 em 2021, mas voltou a subir para 0,61 em 2025, evidenciando a concentração da riqueza gerada.

Uma minoria usufrui dos salários do enclave minerário, enquanto a maioria da população é submetida, de forma coletiva e indiscriminada, apesar dos protestos, à contaminação da água, à poluição atmosférica e à degradação de seu território.

A distribuição desigual dos custos e benefícios do empreendimento minerário em Aurizona expõe o racismo, em sua face ambiental. O conceito revela como a imposição dos dejetos, da poluição e do risco ecológico incide prioritariamente sobre territórios racializados e historicamente vulnerabilizados. Com uma população majoritariamente negra, herdeira da resistência garimpeira e quilombola, Aurizona abriga cerca de quatro mil pessoas que enfrentam graves barreiras no acesso à terra, aos serviços públicos básicos e ao sistema de Justiça. A desagregação estatística negada e o encolhimento do status político de Aurizona, por vezes referido como povoado, funcionam como uma tecnologia corporativa e estatal de invisibilização, destinada a naturalizar a contaminação e o perigo permanente impostos a corpos negros.

O DESASTRE ECOSSOCIOTECNOLÓGICO E A POTENCIALIZAÇÃO DAS TOXICIDADES

Na madrugada de 25 de março de 2021, ocorreu um colapso das estruturas do sistema minerário de Aurizona na Lagoa do Pirocáua. O fluxo de água e sedimentos com elementos tóxicos atingiu o mangue e os sistemas hídricos associados ao abastecimento da população, incluindo o reservatório Juiz de Fora, cuja água abastecia o distrito. Uma equipe de pesquisadores da UFMA, da Ufop, da Unicamp e da Fearp/USP, sob a coordenação desta autora e do Dr. Ulisses Magalhães (UFMA), atendeu ao chamado do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Esse trabalho motivou a pesquisa e a tese que ancoram este texto.

A equipe de cientistas elaborou Nota Técnica caracterizando o desastre ecossociotecnológico complexo, cujos desdobramentos sobrepuseram crises hídrica, sanitária, ambiental e de direitos humanos, associadas à elevada contaminação tóxica na área protegida por convenção internacional.

Embora a Equinox Gold tenha tentado atribuir a falha a um volume "atípico e excepcional" de chuvas, laudo técnico encomendado pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) ao engenheiro Steven H. Emerman desqualificou a narrativa corporativa e referendou o que afirmam os pesquisadores brasileiros. A análise temporal provou que o colapso derivou de negligências na manutenção, inspeção e monitoramento preventivo das estruturas minerárias, levando o CNDH a aprovar relatório oficial atestando violações sistemáticas de direitos humanos.

Esse e outros desastres anteriores e subsequentes da mineradora, pouco documentados, são resultado de necroengenharia: a subordinação consciente dos parâmetros técnicos de segurança humana e da proteção ecológica à maximização do lucro e ao cor-

te de custos operacionais. Trata-se de uma engenharia que produz morte e degradação, por meio da qual populações negras e indígenas e os ecossistemas permanecem continuamente expostos a riscos.

AS EVIDÊNCIAS DO APAGAMENTO, O CONFLITO TERRITORIAL E O ESPELHO ESG

As evidências ecotoxicológicas colhidas por equipes independentes e anexadas aos processos judiciais confirmam a gravidade da contaminação. As análises laboratoriais da água revelaram índices alarmantes de ferro (415,2 mg/L), manganês (3,14 mg/L) e mercúrio (0,006 mg/L), além de contaminação por esgoto e coliformes fecais (*E. coli* atingindo 63,3 NMP/100 mL). Em ambientes de dinâmica estuarina e marinha, a presença do mercúrio e de outros metais pesados pode desencadear processos perigosos, como a metilação do mercúrio e a bioacumulação na teia alimentar aquática, expondo pescadores e consumidores ao risco de intoxicação crônica e violando frontalmente os princípios da precaução e da prevenção.

Além da contaminação das águas, o território padece com o fenômeno que proponho denominar "fornalha territorial". O mapeamento espacial multitemporal realizado entre 2011 e 2024 demonstra o desmatamento ostensivo e o decapeamento do solo para a abertura da Cava de Piaba e a montagem das pilhas de estéril, que se amontoam, disfarçadas de morros que se incorporam ao horizonte do distrito.

A supressão da vegetação, sua substituição por cava, rocha exposta, pilhas de estéril e outras superfícies minerárias alteraram o albedo, a evapotranspiração e o balanço energético local, elevando a temperatura superficial (LST) e intensificando o estresse térmico, especialmente entre crianças e pessoas idosas.

Ao mesmo tempo, o aquecimento e a exposição de materiais mineralizados modificam processos termoquímicos e geoquímicos, interferindo na qualidade da água e na mobilidade de contaminantes. Somam-se a isso a fratura das estruturas geológicas, que acelerou a geração de drenagem ácida de rocha, e as denúncias da comunidade sobre o descarte irregular de efluentes minerários diretamente nos manguezais. Em um sistema costeiro-estuarino conectado ao mar, essas transformações não permanecem confinadas à área da mina.

Diante da degradação ambiental e da poeira insuportável gerada pelo tráfego de caminhões, a comunidade decidiu resistir. Em 2022, quando a mineradora tentou fechar e alterar unilateralmente o trajeto da estrada histórica de acesso ao distrito para expandir a cava da mina – sem o devido licenciamento ambiental e sem consulta –, mais de 200 moradores ocuparam a via durante sete dias. A mineradora respondeu acionando a Justiça com pedidos de interdito proibitório e aplicação de multas pesadas aos manifestantes.

Apesar do quadro de conflito e contaminação, a mineradora canadense recorre à matriz ESG (*Environmental, Social and Governance – Ambiental, Social e Governança*) como mecanismo de blindagem reputacional. Sob a lente da História Ambiental Crítica, observa-se como a Equinox Gold alardeou investimentos sociais pontuais – como R$ 2,5 milhões destinados a projetos de segurança alimentar em 2024 – para omitir publicamente a crise hídrica crônica, os danos à saúde coletiva e os impactos de longo prazo sobre o Sítio Ramsar.

Desconectado da reparação integral dos danos, o discurso ESG converte-se em maquiagem verde (*greenwashing*) destinada a acalmar investidores internacionais, enquanto perpetua o racismo ambiental no território.

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO, A MUDANÇA DE CONTROLE E O HORIZONTE DA TRANSIÇÃOJUSTA

A desumanização em Aurizona manifesta-se de forma profundamente interseccional, pesando sobre as mulheres, sobretudo sobre as mulheres negras do distrito. O colapso do sistema de abastecimento de água sobrecarregou o trabalho não pago das moradoras, que passaram a gastar horas diárias na gestão, filtragem e armazenamento do recurso, além de cuidarem de familiares adoecidos pela água contaminada e pela poeira constante.

Convertidas em "faxineiras do desastre", essas mulheres, muitas das quais se tornaram defensoras do ambiente, ainda sofrem retaliações sociais e econômicas ao se colocarem na linha de frente dos protestos.

O depoimento de uma moradora da localidade, colhido durante a escuta qualitativa da pesquisa, sintetiza o drama humano e territorial vivenciado em Aurizona:

> *Minha família quase toda saiu daqui. Meu marido rompeu comigo porque foi demitido da mineradora depois que fiz manifestação. Minha irmã foi embora com medo, e as pessoas evitam ser vistas comigo. Minha casa está rachada por causa dos explosivos usados pela Equinox, não dá mais para pescar ou catar caranguejo, e todo mundo fica doente por causa da poeira e do calor. Terrível é ver os caminhões molhando a estrada, gastando água para reduzir a poeira de uma via que poderia ter sido pavimentada, enquanto falta água para beber e lavar roupas.*

O ouro extraído de Aurizona financia o sistema bancário global e alimenta componentes eletrônicos da transição energética do Norte Global. O estudo suscita um questionamento ético fundamental: que tipo de transição energética justa pode ser edi-

ficada à custa do racismo ambiental, da degradação de manguezais protegidos por tratados internacionais e do sofrimento de comunidades negras na Amazônia Maranhense?

A VENDA DA MINA PARA A CMOC E AS DECISÕES DO JUDICIÁRIO

Em 15 de dezembro de 2025, a Equinox Gold anunciou a venda de suas operações no Brasil, incluindo Aurizona, a uma subsidiária do CMOC Group, da China, em transação avaliada em até US$1,015 bilhão. A operação foi concluída em 23 de janeiro de 2026.

Foi nesse ponto que as instituições de Justiça (MPMA e TJMA) passaram a atuar com maior determinação. Essa atuação reafirmou a incidência da responsabilidade civil ambiental objetiva e do princípio da reparação integral dos danos, condicionando a venda à assunção dessas responsabilidades pela nova empresa e à garantia de pagamento pela canadense Equinox Gold. Em áreas de especial proteção ecológico-estuarina, como o Sítio Ramsar das Reentrâncias Maranhenses, a reparação exige o restabelecimento do equilíbrio ecológico e a neutralização plena dos passivos socioambientais acumulados.

Para o mercado corporativo, reorganizam-se ativos; para o território de Aurizona, colocam-se velhas e novas perguntas.

Oficialmente, a China mudou sua abordagem tradicional de apenas extrair e exportar minério bruto. Diante das crescentes salvaguardas adotadas para proteger os recursos no Sul Global, principalmente por países africanos e com reflexos no BRICS, expressas em restrições à exportação, exigências de processamento local e maior participação dos Estados nas cadeias minerais, Pequim passou a defender agregação de valor nos países produtores, industrialização local, transferência tecnológica e maior responsabilidade socioambiental de suas empresas no exterior. Essa inflexão torna a chegada da CMOC a Aurizona particularmente relevante: mais do que uma mudança de controle empresarial, ela permite interrogar se a nova orientação chinesa será territorialmente verificável. O que esperar da CMOC? Em que medida aquilo que o Estado chinês formula, negocia e apresenta internacionalmente como cooperação, sustentabilidade e desenvolvimento compartilhado se converterá, em Aurizona, em transformação tecnológica, agregação local de valor, proteção ecossistêmica, respeito aos direitos das comunidades atingidas e efetiva reparação dos passivos existentes? Implantará tecnologias para preservar a área protegida pela Convenção de Ramsar? Respeitará a Convenção nº 169 da OIT e realizará consulta prévia, livre e informada à comunidade, assegurando-lhe assessoria independente?

A distância, ou a convergência, entre a nova política declarada e sua materialização no território constitui, portanto, uma questão central para acompanhar esta nova etapa da mineração em Aurizona.

O ESG da CMOC será testado em Aurizona. Seus compromissos ambientais, sociais e de governança somente adquirirão materialidade se forem capazes de orientar as escolhas tecnológicas da nova operação.

Em Aurizona, portanto, ESG não poderá consistir apenas em um compromisso corporativo declarado: sua medida será a capacidade de promover transformação tecnológica, prevenir danos, reparar o legado ambiental e assegurar direitos às populações atingidas. Afinal, a transação não elimina os passivos ambientais: as obrigações de reparação alcançam a CMOC, sem afastar as garantias atribuídas à Equinox Gold.

Por enquanto, nada mudou.



Dulce Maria Pereira – Professora Pesquisadora da UFOP e Presidenta do Instituto Democracia e Sustentabilidade.



Foto: Tadzio Coelho/ Agroefogo.org.br/ Reprodução

LOBISOMEM DOUTOR

Rodrigo Viany

O Lobisomem Doutor é uma figura do folclore recifense conhecida pela narrativa *Um Lobisomem Doutor*, registrada por Gilberto Freyre em Assombrações do Recife Velho, publicado originalmente em 1955. A história se passa no Poço da Panela, no Recife, e teria sido contada ao autor por Josefina Minha-Fé, uma de suas informantes sobre crenças e assombrações locais.

Na versão registrada por Freyre, a transformação do Lobisomem Doutor não é associada à lua cheia nem à transmissão por mordida. O doutor estaria submetido a um fado, uma condição sobrenatural ligada às suas aparições nas noites de sexta-feira.



Arte: Roberta Cirne/ Reprodução

O ENCONTRO COM O LOBISOMEM

Segundo Freyre, Josefina tinha cerca de treze anos quando foi atacada por uma criatura durante uma noite de sexta-feira. Ela havia saído para comprar azeite destinado às lamparinas dos santos, quando encontrou o ser em um trecho escuro do caminho.

Josefina não conseguiu observar a criatura por completo. Sua descrição lembrava principalmente um cão feroz, mas apresentava também algo de porco, aparência amarelada, mau cheiro e dentes pontudos. A criatura avançou sobre ela, rasgou seu vestido e a feriu. Durante o ataque, Josefina invocou Nossa Senhora da Saúde e atribuiu sua salvação à proteção da santa. Seus gritos atraíram outras pessoas, e a criatura desapareceu.

Alguns dias depois, a mãe de Josefina, que lavava as roupas de um homem residente no Poço da Panela, teria encontrado entre elas pedaços do vestido rasgado durante o ataque. O homem é descrito por Freyre como um doutor ou bacharel muito pálido, que buscava tratamentos para recuperar a saúde. Josefina concluiu então que ele era o lobisomem. Como não havia reconhecido o homem durante o ataque nem presenciado sua transformação, a identificação baseava-se nos fragmentos do vestido encontrados entre suas roupas.



Rodrigo Viany (Sleipnir) – Escritor, pesquisador e criador do Portal dos Mitos. Matéria originalmente publicada em: https://portal-dos-mitos.blogspot.com/2026/08/lobisomem-doutor.html



DOS IMIGRANTES DE ONTEM AOS INVASORES DE HOJE

Geraldo Lopes de Souza Júnior

"Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caça sempre glorificarão o caçador."

Provérbio Igbo da África

Caboco, nesta semana, a mídia voltou a mostrar cenas que já se tornaram quase rotina na fronteira entre Marrocos e Ceuta, território espanhol encravado no continente africano. Homens nadando para alcançar a praia, jovens escalando cercas, famílias inteiras tentando atravessar uma fronteira em busca da promessa de uma vida menos dura do outro lado do mar. As imagens se repetem; mudam apenas os rostos. Logo aparecem os comentaristas discutindo segurança, imigração ilegal, proteção das fronteiras, identidade nacional e os riscos que aquela gente representa para a Europa. Não consegui chegar ao fim da reportagem, não por falta de interesse, mas porque a memória resolveu mudar de canal.

Fiquei imaginando outra praia, também vista do mar, mas 526 anos antes. Algumas embarcações se aproximavam lentamente da costa, carregando homens que não falavam a língua dos habitantes daquele lugar, não conheciam seus costumes, não tinham autorização para desembarcar, não possuíam visto de permanência e tampouco haviam sido convidados. Imaginei, então, um agente da Polícia Federal dos Povos Originários caminhando até a areia para abordar os recém-chegados.

– Boa tarde. Documentos, por favor.

O capitão branco, homem cis, coçou a barba e respondeu que não tinha.

– Qual o motivo da viagem?

– Viemos "descobrir" estas terras.

A autoridade indígena certamente franziria a testa.

– Descobrir o quê, cara-pálida?

A entrevista terminaria antes mesmo do pôr do sol. Entrada negada. Voltem pelo mesmo caminho por onde vieram.

Mas a História não costuma trabalhar com guichê de imigração. Ela prefere canhões, espadas e tratados escritos sempre pelo lado vencedor. Aqueles homens desembarcaram, fincaram bandeiras, levantaram cruzes, rebatizaram rios, montanhas e povos inteiros. Não perguntaram qual era a religião praticada; impuseram a sua. Não perguntaram qual língua deveria ser falada; enfiaram a deles goela abaixo. Não perguntaram quem era o dono da terra; providenciaram escrituras em nome da Coroa e dos capitães hereditários.

Chamaram essa invasão de "descobrimento", "civilização" e expansão marítima. Curiosamente, ninguém escreveu nos livros escolares que a Europa enfrentava uma grave crise migratória no século XVI.

FRONTEIRAS

É claro que os tempos são outros, Caboco. Todo país tem o direito – e



o dever – de administrar suas fronteiras. Uma nação sem regras para entrada e permanência de pessoas dificilmente consegue organizar sua própria vida econômica, social e cultural. O problema não está na existência das fronteiras. Está na memória seletiva sobre quem teve, ao longo da História, autorização para atravessá-las e quem sempre foi tratado como ameaça ao tentar fazer o mesmo caminho.

Porque fronteiras nunca foram apenas linhas desenhadas em mapas. Elas também são linhas desenhadas pelo poder. Algumas foram construídas para proteger povos e territórios; outras foram erguidas depois que esses mesmos territórios já haviam sido ocupados por quem chegou de fora. Durante séculos, navios cruzaram oceanos levando soldados, comerciantes, missionários e colonizadores. Atravessaram mares, derrubaram fronteiras existentes, criaram novas fronteiras e reorganizaram continentes inteiros. Quase sempre, porém, a palavra usada não era invasão. Era expansão.

Quando milhões de europeus atravessaram mares para ocupar territórios na América, na África e na Ásia, aquilo foi apresentado como uma aventura civilizatória. Curioso é que a Europa discute, todos os dias, quem pode entrar em seu território. Pouco se fala, porém, dos pedaços da própria Europa que continuam espalhados pela América do Sul, pela África e pelo Oceano Índico.

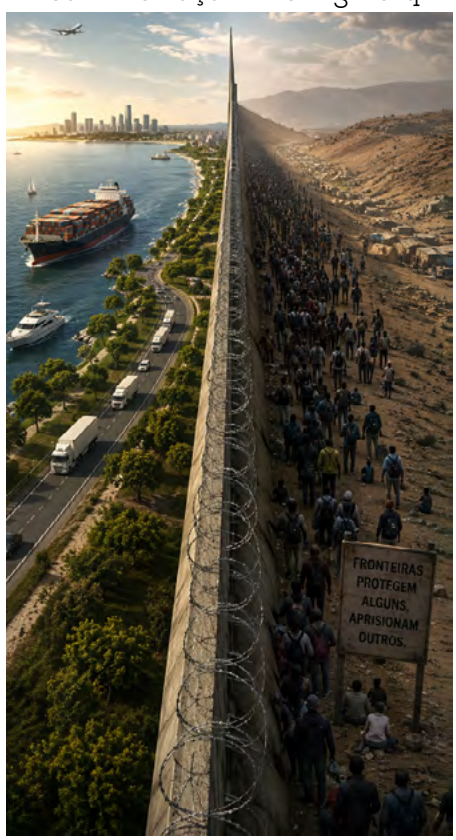
A França continua presente na Amazônia por meio da Guiana Francesa. O Reino Unido continua presente no Atlântico Sul. Parece que, quando o europeu atravessa oceanos, nasce um território ultramarino; quando o africano faz a mesma travessia, nasce uma crise migratória. As palavras, Caboco, costumam atravessar a História no mesmo navio dos vencedores, os historiadores oficiais olham a terra de dentro do barco, enquanto existe a versão de quem estava na terra.

A contradição aparece justamente aí. O mundo parece funcionar sem fronteiras quando circulam dinheiro, mercadorias, informações e investimentos. Empresas atravessam oceanos em busca de lucro, capitais mudam de país em segundos e produtos percorrem milhares de quilômetros antes de chegar às nossas casas. Mas, quando é um ser humano que atravessa a mesma distância carregando apenas a esperança de sobreviver, a fronteira volta a ser uma muralha.

Veja o ICE nos Estados Unidos, expulsando imigrantes em nome da defesa das fronteiras. Mas basta olhar para alguns estrangeiros que vivem ou viveram confortavelmente naquele país para perceber que talvez a questão não seja simplesmente imigração. Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo, brasileiros; Marco Rubio, filho de imigrantes cubanos; Elon Musk, nascido em Pretória, na África do Sul. Para alguns estrangeiros, parece haver portas de entrada. Para outros, apenas portas de saída. Talvez a palavra "imigrante" também tenha passaporte.

Quando africanos atravessam o Mediterrâneo ou tentam alcançar Ceuta carregando nas costas pouco mais que a esperança, a palavra mais usada é invasão. Quando os navios vinham do Norte para o Sul, levavam progresso. Quando os barcos fazem o caminho inverso, trazem ameaça. Parece que o verbo migrar muda de significado conforme a nacionalidade de quem segura o leme.

Talvez por isso eu desconfie tanto das palavras. *Descobrimento, conquista, colonização, expansão, imigração, invasão...* nenhuma delas é inocente. Cada uma carrega a visão de quem escreveu o dicionário. Talvez seja por isso que o velho provérbio africano continue tão atual. Durante séculos, ouvimos a versão dos caçadores. Agora que



alguns leões começam a atravessar o mar para contar a própria história, há quem queira construir cercas cada vez mais altas para impedir que ela seja ouvida.

IMAGINE

Caboco, talvez uma das maiores dificuldades da humanidade seja imaginar um mundo diferente daquele que conhecemos. Não por acaso, uma das músicas mais conhecidas de John Lennon começa justamente com um convite: imaginar um mundo sem tantas divisões, sem tantas barreiras criadas por homens contra outros homens. "Imagine" não é um manual de governo, nem uma proposta pronta para resolver todos os conflitos do planeta. É uma provocação. Uma pergunta incômoda sobre por que aceitamos como natural um mundo onde alguns nascem com portas abertas e outros passam a vida tentando encontrar uma fresta.

Lembrei também de Cristovam Buarque, professor, ex-governador do Distrito Federal, ex-ministro da Educação e ex-senador brasileiro. No ano 2000, durante um debate em uma universidade nos Estados Unidos, ele foi questionado sobre o que pensava da ideia de internacionalização da Amazônia. O estudante disse que esperava uma resposta de um humanista, não apenas de um brasileiro. A provocação parecia simples: se a Amazônia pertence à humanidade, por que deveria estar limitada às fronteiras de um país?

A resposta de Cristovam seguiu justamente pelo caminho da provocação. Disse que, como brasileiro, defenderia a soberania sobre a Amazônia, mas que, sob uma perspectiva humanista, se a floresta deveria ser internacionalizada por sua importância para a humanidade, então outros patrimônios essenciais também deveriam seguir a mesma lógica. Por que não internacionalizar as reservas de petróleo? Os grandes recursos financeiros? Os patrimônios culturais? A pergunta deixava de ser sobre a Amazônia e passava a ser sobre coerência.



Penso que o desafio do nosso tempo não seja escolher entre um mundo sem fronteiras e um mundo cercado por muros. Talvez seja construir um mundo em que menos pessoas precisem abandonar sua própria terra para continuar vivendo. Porque ninguém enfrenta o mar por aventura quando a própria casa deixou de oferecer futuro.

Caboco, pensando nisso tudo, me veio à mente Darcy Ribeiro. O velho antropólogo talvez perguntasse uma coisa simples: quem são os verdadeiros estrangeiros nessa história? Porque, antes de muitos dos povos que hoje atravessam mares tentando encontrar um lugar para viver, outros povos já haviam atravessado oceanos carregando mapas, bandeiras e a certeza de que tinham o direito de ocupar o território dos outros.

Darcy Ribeiro dedicou sua vida a compreender como indígenas, europeus e africanos formaram esse povo brasileiro, mas nunca esqueceu que essa mistura nasceu também de conflitos, violências e desigualdades. O Brasil, por exemplo, não nasceu de um encontro entre iguais. Nasceu de um choque entre mundos diferentes, em que alguns chegaram com armas de fogo e canhões, enquanto outros tiveram que lutar com arco e flecha para não desaparecer.

Talvez por isso a questão migratória de hoje precise ser olhada com mais humanidade. Não porque as fronteiras não tenham importância, mas porque nenhum muro consegue apagar uma pergunta antiga: quem teve o direito de viajar pelo mundo e quem foi obrigado a permanecer onde nasceu? Quem escreveu a história dos descobrimentos? Quem escreveu a história dos deslocados?

No fundo, Caboco, a humanidade sempre foi uma espécie migrante. A diferença é que alguns atravessaram oceanos para conquistar terras; outros atravessam fronteiras apenas tentando conquistar um amanhã.

Acredito que a grande diferença não esteja em quem atravessa o mar. Esteja em quem tem o direito de contar a história depois que chega à outra margem. E é justamente por isso que talvez seja necessário devolver a palavra a quem passou séculos sem direito de contar a própria história.



Geraldo Lopes de Souza Jr. – Estatístico e Cronista em www.taquiprati.com.br/

Artigo editado por limitação de espaço, veja o texto na íntegra em: https://www.taquiprati.com.br/cronica/1855-dos-imigrantes-de-ontem-aos-invasores-de-hoje

UM ENCONTRO DE VÁRIOS MUNDOS EM FORMOSA

Revista Xapuri/Redação

V Simpósio Internacional de História da UEG aproximou pesquisa, cultura popular e comunidade em quatro dias de programação

Na primeira passagem por Formosa, o V Simpósio Internacional de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG) reuniu pesquisa acadêmica, manifestações culturais e iniciativas da própria cidade. Realizado entre 1º e 4 de setembro, no Campus Nordeste – Sede Formosa, o encontro recebeu convidados de diferentes países e abriu espaço também ao teatro, à música e à Feira Mãos Coletivas, do Coletivo Itiquira.

Com o tema "Produção histórica e divulgação da história no século XXI", o Simpósio promoveu conferências, mesas-redondas, minicursos, apresentações de trabalhos e debates sobre fontes históricas e direitos humanos na América Latina. Entre as atividades, a aula-show "História Pública e Música" aproximou a pesquisa histórica da música popular brasileira.

Em entrevista à Revista Xapuri, a coordenadora-geral do evento, professora doutora Michelle dos Santos, destacou justamente a diversidade dos encontros proporcionados pela programação.

"E creio que a palavra-chave desse simpósio seja diálogo. Diálogo com as Américas, diálogo com os artesãos, diálogo com os artistas. Nós tivemos teatro, aula-show, diálogo com os feirantes, diálogo com a comunidade formosense."

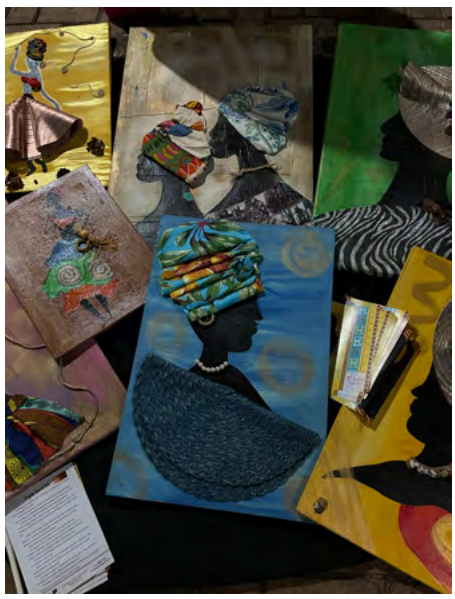
Nos dias 2 e 3, a Feira Mãos Coletivas levou ao campus artesanato e alimentação, reunindo artesãs, artesãos e feirantes e aproximando a comunidade universitária da produção local. Para Michelle, a participação esteve diretamente ligada ao caráter coletivo do evento. "Não à toa, nossos dois grandes parceiros foram o Coletivo Itiquira, coletivo no nome, e a Feira Mãos Coletivas."

Outro ponto destacado pela coordenadora foi a importância do financiamento público para tornar possível a circulação de pesquisadores, ideias e experiências. O projeto contou com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

"O impacto principal é nós termos plena consciência da importância do financiamento público de eventos culturais, de eventos científicos, de eventos acadêmicos", afirmou.

Para Michelle, esse investimento proporciona algo fundamental à formação dentro e fora da universidade: a possibilidade de conhecer outros autores, perspectivas e formas de pensar. Uma experiência que ela resume como "mobilidade de mundos, mundos que se encontram, mundos que se tensionam, mundos que se complementam".

Revista Xapuri/Redação







Falta de investimento expõe sucateamento da educação especial inclusiva no DF

A educação especial inclusiva foi pensada para assegurar inclusão, acessibilidade e condições adequadas de aprendizagem para todos os estudantes. Embora o país possua uma ampla legislação sobre o tema, a realidade nas escolas do DF não corresponde ao que é garantido no papel. Faltam escolas, profissionais, materiais pedagógicos e, principalmente, compromisso do governo Celina-Ibaneis com a modalidade de ensino.

Esse descaso é sentido na pele por quem faz a educação especial inclusiva acontecer na rede pública. A falta de condições adequadas impede que professores e professoras desenvolvam o trabalho pedagógico de acordo com as necessidades de cada estudante — situação que gera frustração e sentimento de culpa.

Segundo o Censo Escolar 2025, o DF possui 5.954 estudantes matriculados no Ensino Especial Inclusivo — modalidade ofertada tanto em unidades escolares regulares quanto em unidades especializadas.

Desse total, 3.544 são atendidos em unidades totalmente especializadas no segmento, como os Centros de Ensino Especial (CEEs), Centro de Ensino Especial de Pessoas com Deficiência Visual (CEEDV) e Escolas Bilíngues. Outros 2.410 estão em classes especiais que funcionam dentro de escolas regulares comuns.

Desempenho e investimento

Segundo o diretor do Sinpro Carlos Maciel, a precarização do sistema educacional está relacionada às escolhas orçamentárias feitas pelo governo Celina-Ibaneis nos últimos anos. Uma nota técnica produzida pela assessoria do Sinpro na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) traz alerta para o arrocho orçamentário enfrentado pelo setor.

De acordo com o documento, a parcela dos recursos do FCDF destinada à educação recuou de cerca de 26%, em 2023, para 17,98%, em 2026. Enquanto isso, o percentual direcionado à segurança pública aumentou de cerca de 46% para 54,23% no mesmo período.

“Estamos falando do Distrito Federal, uma das unidades da Federação com maior capacidade de arrecadação e que deveria estar na vanguarda do investimento em educação pública. Não há justificativa para reduzir os recursos destinados à educação enquanto outras áreas ampliam sua participação no orçamento. O que estamos vendo é uma escolha política que compromete as condições de trabalho dos professores e, principalmente, o

direito da população a uma educação pública de qualidade”, afirmou o diretor do Sinpro Carlos Maciel.

Falta de profissionais amplia a sobrecarga em sala de aula

A restrição orçamentária também se reflete diretamente no quadro de profissionais que atuam nas escolas. Para Carlos Maciel, o elevado número de profissionais em regime de contratação temporária (CT) agrava ainda mais a precarização das condições de trabalho e compromete a continuidade do atendimento aos estudantes. Hoje, esses profissionais representam cerca de dois terços dos professores em regência na rede pública.



Muitos dos professores e professoras em CT atuam na rede há anos e desempenham um papel fundamental no funcionamento das escolas e no atendimento aos estudantes. Isso reforça a necessidade da realização de concursos públicos para garantir vínculos estáveis e ampliar o quadro de servidores efetivos.

O diretor ainda aponta a importância da recomposição do quadro de monitores de Gestão Educacional. Esses profissionais são responsáveis pelo apoio direto ao estudante que necessita de acompanhamento, em atividades como alimentação, higiene, locomoção e outras. Em vez disso, o governo Celina-Ibaneis tem optado pelo chamamento público para educador social voluntário, sem direitos trabalhistas e sem vínculo empregatício com a SEEDF.

Inclusão exige compromisso

A educação especial inclusiva é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e por outras normas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), a Lei Brasileira de Inclusão (LBI – Lei nº 13.146/2015).

Essas legislações asseguram às pessoas com deficiência o direito ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem, com o suporte e as condições necessárias ao pleno desenvolvimento dos estudantes.

A inclusão vai muito além da matrícula do estudante. Ela exige planejamento, avaliação contínua e a organização dos apoios pedagógicos. Uma escola inclusiva precisa ser acessível física e pedagogicamente e contar com recursos de tecnologia assistiva, materiais didáticos, Salas de Recursos Multifuncionais, equipamentos e transporte escolar adequados. Além disso, é fundamental investir em equipes multiprofissionais qualificadas para atender às diferentes necessidades dos estudantes.

“A educação especial inclusiva é um direito fundamental que não pode ser reduzido a um discurso. Ela exige compromisso político e investimento permanente. Uma escola acessível, bem equipada, com equipes valorizadas e condições adequadas de funcionamento beneficia a todos os estudantes. Por isso, o Sinpro seguirá lutando para que a inclusão deixe de ser apenas uma garantia no papel e se transforme em uma realidade nas escolas públicas”, disse a diretora do Sinpro Márcia Gilda.

SINPRO DF
SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL
Filiado à CUT CNTE
47 anos
CUT CNTE



Foto: WikiMediaCommons/ Reprodução

MULHERES DISPUTAM O SENADO EM TODOS OS ESTADOS PELA PRIMEIRA VEZ DESDE 2014

Revista Focus

Eleições de 2026 têm 69 candidaturas femininas ao Senado, número superior ao registrado em 2018 e 2022; mulheres, porém, representam apenas 22% do total

Pela primeira vez na série histórica considerada desde 2014, todos os 26 estados e o Distrito Federal têm ao menos uma mulher candidata ao Senado. Os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), consolidados pela Agência Senado em 18 de agosto, registram 69 candidaturas femininas ao cargo nas eleições de 2026.

O número representa um crescimento de 19% em comparação com 2022, quando 58 mulheres concorreram ao Senado, e de 11,3% diante de 2018, quando foram registradas 62 candidatas. A eleição deste ano renovará dois terços da Casa: 54 das 81 cadeiras estão em disputa, com a escolha de dois representantes por estado e pelo Distrito Federal.

Apesar do avanço em números absolutos, a participação feminina permanece minoritária. As mulheres correspondem a 22% das candidaturas ao Senado, diante de 78% de homens. Em 2022, elas representaram 23,9% dos registros. Em 2018, último pleito em que também foram renovados dois terços da Casa, o percentual foi de 17,6%.

CANDIDATURAS CHEGAM AOS 26 ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL

Rio Grande do Norte, Santa Catarina e São Paulo concentram o maior número de candidatas, com cinco mulheres na disputa em cada estado. Acre, Alagoas,

Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Sergipe e Tocantins apresentam apenas uma candidatura feminina.

Em Rondônia, as quatro mulheres inscritas correspondem a 40% dos dez concorrentes ao Senado, a maior participação proporcional entre as unidades da Federação. Mesmo assim, em todos os estados e no Distrito Federal o número de candidatos homens continua superior ao de mulheres.

A presença de candidatas em todo o território nacional diferencia a eleição de 2026 dos pleitos anteriores. Em 2018, por exemplo, Acre, Bahia e Tocantins não apresentaram nenhuma mulher na disputa pelo Senado.

MULHERES SÃO MAIORIA DO ELEITORADO, MAS SÓ OCUPAM 15 CADEIRAS

As mulheres representam quase 53% do eleitorado brasileiro. Segundo o TSE, eram 82,5 milhões entre os 156,1 milhões de eleitores aptos a votar em janeiro de 2026. No S enado, porém, ocupavam 15 das 81 cadeiras na data do levantamento, o equivalente a 18,5% da composição da Casa.

A diferença também aparece na proporção de candidaturas. A exigência de que cada partido ou federação preencha ao menos 30% das vagas com pessoas de cada gênero vale para as eleições proporcionais, destinadas à escolha de deputados federais, estaduais e distritais. A regra não se aplica ao Senado, porque a disputa é majoritária.

As campanhas femininas estão incluídas, no entanto, nas regras de distribuição dos recursos eleitorais e do tempo de propaganda. Os partidos devem destinar às mulheres ao menos 30% dos recursos de campanha e da participação no rádio e na televisão. Quando o percentual de candidatas supera esse patamar, a distribuição deve acompanhar a proporção registrada.

Entre as senadoras eleitas em 2018 que concorrem à reeleição estão Leila Barros (PDT-DF), Eliziane Gama (PSD-MA), Soraya Thronicke (PSB-MS) e Zenaide Maia (PSD-RN). Margareth Buzetti (PP-MT), que assumiu o mandato como suplente durante a atual legislatura, também disputa uma vaga como titular.

Também tentam retornar ao Senado Rose de Freitas (MDB-ES), Roseana Sarney (MDB-MA), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Benedita da Silva (PT-RJ), Marina Silva (Rede-SP) e Simone Tebet (PSB-SP).

Os números consideram os registros disponíveis no TSE no fechamento do levantamento e ainda podem sofrer alterações durante o julgamento das candidaturas.

Fonte: *Revista Focus Brasil*. Matéria disponível na íntegra em: https://fpabramo.org.br/mulheres-disputam-o-senado-em-todos-os-estados-pela-primeira-vez-desde-2014/



Foto: WikiMediaCommons/ Reprodução

TODA ELEIÇÃO ACONTECE NA ESCOLA.

Que a educação esteja em cada voto.

A escola pública é um patrimônio do povo brasileiro. É nela que milhões de estudantes constroem seus projetos de vida e que trabalhadoras e trabalhadores da educação ajudam a formar a cidadania, a democracia e o futuro do país.

Por isso, a CNTE apresenta uma plataforma de compromissos para as Eleições de 2026 e conclama a sociedade a apoiar candidaturas comprometidas com a valorização da educação pública.



Foto: Paulo Pinto / Agência Brasil

#MeuVotoPassaPelaEscola **#VotePelaEducaçãoPública**

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br
Brasil

Filiada à CUT Brasil

Internacional da Educação

CEA

CPLP-SE

FNPE
Fórum Nacional Popular de Educação

QUEM DEFENDE A EDUCAÇÃO PÚBLICA PRECISA DEFENDER:

1. **Mais investimento público.** 10% do PIB para a educação, fortalecimento do FUNDEB e implementação do CAQ.
2. **Gestão democrática** Participação efetiva das comunidades escolares e eleição direta para direções.
3. **Formação de qualidade.** Valorização da formação inicial e continuada dos profissionais da educação.
4. **Escolas democráticas.** Rejeição ao modelo cívico-militar e defesa da diversidade e da liberdade pedagógica.
5. **Educação pública, não mercadoria.** Combate à privatização das escolas e das matrículas públicas.
6. **Liberdade de ensinar e aprender.** Currículos críticos, inclusivos e comprometidos com a pluralidade de ideias.
7. **Concurso público e carreira.** Fim da precarização e valorização dos profissionais da educação.
8. **Valorização dos funcionários da educação.** Regulamentação do Piso Salarial Profissional Nacional da categoria.
9. **Cumprimento do Piso do Magistério.** Respeito à lei e fortalecimento dos planos de carreira.
10. **Direitos humanos e inclusão.** Combate às desigualdades, ao feminicídio e a todas as formas de discriminação.

ACESSE A CARTA ABERTA DOS/AS TRABALHADORES/AS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, LAICA, DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE SOCIAL PARA TODOS/AS



Arte: Abel Rodríguez/Piseagrama/Reprodução

MAIS DO QUE UMA REVISTA, UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA!

PRA XAPURI ACONTECER NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ

ASSINE AGORA

xapuri.info/revista-impressa/

XAPURI.INFO